



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - DECISO

BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARCOS VINICIUS CAETANO DA SILVA

GOVERNOS DIVERGENTES, OBJETIVOS COMUNS?

O BRICS e os desafios para integração interestatal

Recife

2024

MARCOS VINICIUS CAETANO DA SILVA

GOVERNOS DIVERGENTES, OBJETIVOS COMUNS?

O BRICS e os desafios para integração interestatal

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Bezerra de Andrade

Recife

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Ana Catarina Macêdo – CRB-4 1781

S586g Silva, Marcos Vinicius Caetano da.
Governos divergentes objetivos comuns?: o
BRICS e os desafios para integração interestatal /
Marcos Vinicius Caetano da Silva. - Recife, 2024.
75 f.

Orientador(a): Fábio Bezerra de Andrade.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –
Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Bacharelado em Ciências Sociais, Recife, BR-PE,
2024.

Inclui referências.

1. Países do BRICS - Condições econômicas. 2.
Países do BRICS - Relações econômicas exteriores.
3. Ciência política. 4. Relações econômicas
internacionais I. Andrade, Fábio Bezerra de, orient.
II. Título

CDD 300

MARCOS VINICIUS CAETANO DA SILVA

GOVERNOS DIVERGENTES, OBJETIVOS COMUNS?

O BRICS e os desafios para integração interestatal

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovado em: 04/10/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio Bezerra de Andrade (Orientador)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. Otávio Augusto Alves dos Santos (Examinador Interno)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. Luis Cláudio Monteiro de Mattos (Examinador Interno)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por me ajudar a superar as dificuldades do percurso e me permitir conquistar tantas coisas ao longo dos meus vinte e dois anos de vida.

Aos meus pais, em especial, minha mãe Lauriceia, que ao longo de toda minha história foi a responsável por me guiar e incentivar, apesar de todas as dificuldades nunca mediu esforços para fornecer toda a estrutura necessária para que eu chegasse até aqui. À minha irmã e avó que nos momentos de maior dificuldade estiveram ao meu lado e que mesmo agora me dão forças. Também aqueles que não estão mais aqui, mas que fizeram parte da minha história e que sempre foram grandes fãs da pessoa que vinha me tornando.

À minha ex-companheira que sempre me apoiou nesses longos anos de dificuldades e confiou mais no meu potencial do que eu mesmo.

Aos amigos que durante esses quatro anos de Universidade foram meus suportes nos momentos difíceis e os responsáveis pelas boas recordações. Espero que essa seja uma amizade para a vida.

Ao meu orientador pelo apoio e confiança e aos demais professores que me guiaram por essa longa jornada de ensinamentos.

Enfim, meu sincero agradecimento a todas as pessoas que, de alguma forma, fizeram parte da minha trajetória e contribuíram, cada uma à sua maneira.

RESUMO

O estudo “Governos Divergentes, Objetivos Comuns? O BRICS e os Desafios para a Integração Interestatal” investiga como o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), com seus distintos modelos de governo, tem desempenhado um papel central como promotor de um crescente multipolarismo global. Fundamentado na teoria do Sistema-mundo de Wallerstein e nos Ciclos de Acumulação de Arrighi, o estudo oferece uma visão teórica para entender como o BRICS navega na nova configuração do Sistema-mundo. A análise, aqui desenvolvida, propõe-se a, inicialmente, revisitar e inserir-se no processo de atualização dos escritos de Stuenkel no livro *BRICS e o Futuro da Ordem Global*, visando a, assim, atualizar o debate a respeito dos modelos de governo dos países do grupo; posteriormente a análise das Cúpulas cobre o período de 2009 a 2023, com maior ênfase nas Cúpulas de 2017 a 2023, discutindo o progresso da cooperação nas áreas econômicas, tecnológica e política, além do papel central do bloco na expansão da Cooperação Sul-Sul por meio da criação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas como um passo anterior a própria expansão do grupo para o BRICS+ na cúpula mais recente. A pesquisa demonstra que apesar das divergências políticas entre os membros do grupo, os últimos anos têm afirmado o BRICS+ como uma referência ao se pensar a respeito do multipolarismo por via da cooperação entre países periféricos. Iniciativas como a do Novo Banco do Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas evidenciam os avanços rumo a um processo de maior integralização do grupo ao mesmo tempo em que torna possível o fortalecimento de laços com os demais Estados do Sistema-mundo.

Palavras-chave: BRICS+; Modelos de Governo; Multipolarismo; Novo Banco de Desenvolvimento.

ABSTRACT

The study “Divergent Governments, Common Objectives? BRICS and the Challenges for Interstate Integration” investigates how BRICS (Brazil, Russia, India, China, and South Africa), with their distinct models of governance, have played a central role in promoting an increasingly multipolar global order. Grounded in Wallerstein’s World-System theory and Arrighi’s Cycles of Accumulation, the study offers a theoretical framework to understand how BRICS navigates the new configuration of the World-System. Initially, the analysis aims to revisit and contribute to updating the writings of Stuenkel in the book *BRICS and the Future of Global Order*, thus bringing the debate about the group's governance models up to date; subsequently, the analysis of the BRICS Summits covers the period from 2009 to 2023, with a greater emphasis on the Summits from 2017 to 2023, discussing the progress of cooperation in economic, technological, and political areas, as well as the bloc's central role in the expansion of South-South Cooperation through the creation of the New Development Bank and the Contingent Reserve Arrangement, which paved the way for the expansion into BRICS+ in the most recent summit. The research demonstrates that despite political divergences among the group members, recent years have affirmed BRICS+ as a reference when considering multipolarity through cooperation among peripheral countries. Initiatives such as the New Development Bank and the Contingent Reserve Arrangement highlight progress towards greater group integration while strengthening ties with other states in the world system.

Keywords: BRICS+; Governance Models; Multipolarism; New Development Bank.

Lista de Quadros

Quadro 1 - Princípios de Bandung.	24
Quadro 2 - Cúpulas BRICS 2017 - 2023	51
Quadro 3 - Participação do G7 e BRICS no PIB Global (PPC) ao Longo do Tempo	57

Abreviaturas e Siglas

ACDNC - Associação de Construção Democrática Nacional da China

ACPD - Associação Chinesa para Promoção da Democracia

ACR - Arranjo Contingente de Reservas

ACT-A - Acelerador de Acesso às Ferramentas contra o COVID-19

AGNU - Assembleia Geral das Nações Unidas

ANC - Congresso Nacional Africano

BAII - Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura

BBF - Fundo de Títulos do BRICS

BJP - Bharatyia Janata Party

BRIC - Brasil, Rússia, Índia e China

BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

BRICS IPR - Direitos de Propriedade Intelectual

BRICS+ - Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã

CAD - Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

CID - Cooperação internacional para o Desenvolvimento

CNR - Rádio Nacional da China

CNS - Cooperação norte-sul

CRK - Comité Revolucionário do Kuomintang

CSS - Cooperação sul-sul

CTI - Ciência, Tecnologia e Inovação

CTPD - Comitê de Cooperação e Desenvolvimento dos Países em Desenvolvimento

DA - Aliança Independente

EFF - Combatentes pela Liberdade Econômica

FCD - Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento

FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas

FMI - Fundo Monetário Internacional

G20 - Grupo dos 20

G7 - Grupo dos 7

G77 - Grupo dos 77

G8 - Grupo dos 8

iBRICS - Rede BRICS de Inovação

IEC - Comissão Eleitoral Independente

INC - Congresso Nacional Indiano

LADT - Liga de Autonomía Democrática de Taiwan

LDC - Liga Democrática da China

LDPR - Partido Liberal Democrata

MPNA ou **MNOAL** - Movimento dos Países Não Alinhados

NBD - Novo Banco de Desenvolvimento

NEPAD - Nova Parceria para Desenvolvimento da África

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODA - Assistência Oficial ao Desenvolvimento

ODM - Objetivos do Milênio

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PABA - Plano de Ação de Buenos Aires

PartNIR - Parceria para a Nova Revolução Industrial

PCCh - Partido Comunista da China

PCFR - Partido Comunista da Federação Russa

PDCTC - Partido Democrático dos Camponeses e Trabalhadores da China

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPP - Parcerias Público-Privadas

PSL - Partido Social Liberal

PT - Partido dos Trabalhadores

PZGC - Partido Zhi Gong da China

RIC - Rússia, Índia e China

RSF - Repórteres sem Fronteiras

RT - Russia Today

SJ - Sociedade Jiu San

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UA - União Africana

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development

UNFED - Fundo Especial das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UR - Rússia Unida

ZCLCA - Zona de Comércio Livre Continental Africana

SUMÁRIO

1. Introdução	14
2. Sistema-mundo: da acumulação ao caos sistêmico	16
2.1 Sul Global e o crescente multipolarismo	21
2.2 BRICS+	29
3. Modelos de governo no BRICS+: Democracias ou modelos de governo não ocidentais?	38
3.1 Brasil	40
3.2 Rússia	42
3.3 Índia	44
3.4 China	46
3.5 África do Sul	47
4. Cooperação para o desenvolvimento interno e externo no BRICS+	50
5. Considerações Finais	65
6. Referências	67

1. Introdução

No cenário acadêmico contemporâneo, a análise das relações internacionais ganha um espaço de importância, haja vista a atual tendência a uma possível transição em direção a um mundo multipolar, na qual nações do Sul Global passam a ter maior relevância no âmbito internacional, assim como um crescimento econômico e social. É neste contexto que se faz necessário uma análise profunda sobre o tema para, a partir das pontuações de Wallerstein e Arrighi, compreender a conjuntura da atual formação do Sistema-mundo e como operam seus atores.

Para compreendermos o contexto em que se insere o problema, é importante considerarmos a teoria de Wallerstein a respeito do entendimento das origens do Sistema-mundo moderno, que realiza um processo de retorno às origens do que seria o sistema moderno e o capitalismo, numa tentativa de identificar uma forma de compreender o desenvolvimento dos Estados-nação como atores globais. A partir desse estudo, Wallerstein chega ao conceito de “Sistema-mundo”.

Essa compreensão de Sistema-mundo traz também o conceito de “capitalismo histórico¹” conceituado por Wallerstein, sendo essa forma de capitalismo a responsável pelo movimento de auto expansão do capitalismo, movimento esse que ocorre de forma desigual, tendo em vista a formação de centros e as zonas subordinadas a essas. Ao reconhecer a desigualdade, como a principal característica presente nas nações do Sul Global, Frank (1966) mostra a profunda relação entre a exploração das metrópoles e a pobreza das nações periféricas.

[...] a investigação histórica demonstra que o subdesenvolvimento contemporâneo é em grande medida o produto histórico de relações econômicas e de outros tipos, passadas e atuais, que o país satélite subdesenvolvido manteve e mantém com os países metropolitanos hoje desenvolvidos. (FRANK, 1966, p. 2)

Outra contribuição importante para o conceito de Sistema-mundo foi dada por Arrighi (2003), que observou a existência de um movimento pendular e o conceituou como “ciclos sistêmicos de acumulação”, nos quais hegemonias, por meio de sua capacidade de projetar força e influência, não somente econômica, mas ideológica e cultural, atuam sob as demais nações ao redor do globo.

¹Para maior aprofundamento no conceito apresentado pelo autor, ler: Wallerstein, Immanuel. *El capitalismo histórico*. Tradução Pilar López V. 1ª ed. México, Espanha, Argentina, Colômbia: Siglo XXI Editores, 1988. Título original: *Historical Capitalism*. Impresso e feito em Espanha. ISBN 84-323-0620-7.

Por mais importante que seja essa diferença como medida da evolução da economia mundial capitalista nos últimos trezentos anos, não se deve permitir que ela obscureça o fato de que essa evolução não progrediu de modo linear, mas através de uma alternância de tipos opostos de estruturas organizacionais, na qual a forma de corporações surgiu, desapareceu e retornou. (Arrighi, 2003, p. 251)

É neste contexto em que se insere grande parte dos países no século XXI, como um conjunto de países que foram alvo da exploração dos países industrializados do Oeste Europeu e Estadunidenses, e que somente em meados do século XX passam por um “renascimento” (em referência, particularmente, à África) (Saraiva, 2015), tendo iniciado o processo de independência, mesmo que de forma desigual.

Renascimento, em acepção africana, significa erguer-se no mundo, normalizando os direitos elementares da pessoa humana, melhorando o padrão da economia e da governança política. Renascença toca na ideia de digna inserção das sociedades africanas nos fluxos globais de forma positiva, assertiva e humana para os habitantes do grande continente de 54 países e mais de um bilhão de habitantes. (Saraiva, 2015, p. 12)

É ao perceber que, por meio da reprodução do capitalismo se criam nações desenvolvidas e “subdesenvolvidas”, podemos compreender a dinâmica na qual os países do Sul Global estão inseridos, em específico o grupo BRICS, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que mais recentemente tornou-se o BRICS+ com adição de algumas outras nações, sendo elas a Arábia Saudita, Irã, Egito, Etiópia, Emirados Árabes Unidos e Argentina.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo geral: Compreender como se dá o processo de integração dos países do BRICS. Ademais, pretendemos, como objetivos específicos: atualizar os dados referentes às cúpulas dos anos 2017 a 2023 e analisar os impactos, na cooperação Intra e Extra-BRICS, do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), junto à recente expansão do grupo para o novo BRICS+. Tais levantamentos seriam realizados a partir da análise feita por Stuenkel (2017) sobre a integração do grupo e sobre a importância do regime político, haja vista as grandes diferenças no que diz respeito aos sistemas de governo de seus Estados. Para tal, faremos uso de uma abordagem histórica e uma pesquisa bibliográfica com o intuito de detalhar mais o tema em questão. O trabalho parte das análises realizadas por Stuenkel (2017) do grupo BRICS no intitulado livro: “BRICS e o futuro da ordem global”.

Para o alcance dos objetivos propostos, trataremos inicialmente de questões de ordem histórica que ajudem a compreender como se deu o desenvolvimento do que hoje compreendermos como Sistema Internacional, inicialmente por meio dos escritos de Wallerstein e Arrighi e suas contribuições a respeito do Sistema-mundo e da ideia da

formação das hegemônias; passaremos, ainda, pela compreensão do que seria o suposto Sul Global e a ideia do crescente multipolarismo; mais adiante realizaremos uma análise a respeito dos diferentes modelos de governos do BRICS e os impactos dessas divergências no processo de Cooperação dos países do BRICS sob a ótica de Bobbio (2008) e da análise de notícias; por fim, buscaremos entender os impactos gerados, para o BRICS+, pelo estabelecimento do NBD e pela expansão desse no processo de integração do grupo.

2. Sistema-mundo: da acumulação ao caos sistêmico

A clara compreensão da contemporaneidade é imprescindível à consecução dos objetivos aqui estipulados, compreensão esta que não pode ser feita senão por meio de um retorno ao momento de transição para o que concebemos como o Sistema-mundo moderno. Wallerstein (1974) identifica a necessidade da compreensão dessa questão por meio de uma abordagem multidisciplinar, ou seja, por meio de uma análise que leve em consideração as mais variadas abordagens que podem ser utilizadas para o entendimento do sistema no qual nos inserimos, neste sentido, o autor elabora um conceito que possa servir como base para o entendimento deste “organismo vivo” que é o Sistema mundo.

Um Sistema-mundo é um sistema social, um sistema que possui limites, estruturas, grupos associados, regras de legitimação e coerência. A sua vida é feita das forças em conflito que o mantém unido por tensão e o dilaceram à medida em que cada um dos grupos procura eternamente remodelá-lo a seu proveito. Tem as características de um organismo na medida que tem um tempo de vida durante o qual suas características mudam em alguns aspectos e permanecem estáveis noutros (Wallerstein, 1947, p. 337)

Ademais, Wallerstein compreende o Sistema-mundo não somente como uma divisão geográfica, mas, sim, considerando primordialmente suas características sociais, políticas, econômicas e culturais; o qual se entrelaça a um “capitalismo histórico” dinâmico que evolui constantemente e passa por diferentes fases ao longo da história à medida em que impulsiona o desenvolvimento das capacidades econômicas, produtivas e reprodutivas do conhecimento.

Essa evolução também pode ser notada ao analisar a existência de outros sistemas históricos, os “minissistemas”, os “impérios mundiais” e as “economias mundiais” descrito por Wallerstein (1999).

Os ‘minissistemas’, assim chamados porque são especialmente pequenos e, com toda a probabilidade, relativamente breves no tempo (uma duração de cerca de seis gerações), são altamente homogêneos em termos de estruturas culturais e de governo.[...] Os ‘impérios mundiais’ são vastas estruturas políticas (pelo menos

no ápice do processo de expansão e contração que parece ser o destino de todos eles) e abarcam uma ampla variedade de padrões ‘culturais’.[...] A ‘economias mundiais’ são vastas e desiguais cadeias de estruturas de produção, dissecadas por múltiplas estruturas políticas. (Wallerstein, 1999, p. 459-460)

Esses sistemas históricos coexistem, tendo em vista as diferenças características e operacionais entre eles. Wallerstein (1999) constata que fases históricas apresentam sistemas os quais se mostram mais fortes que os demais, como é o caso da economia mundial a qual, a partir do século XVI, toma forma por meio da lógica econômica capitalista.

Essa lógica capitalista reforça a ideia de um expansionismo pelo globo, o qual ocorre por meio das grandes navegações e do período mercantil que se seguiu. É nesse contexto que se introduz o conceito de “ciclos sistêmicos de acumulação”. Arrighi (2002), que observa a formação de Estados-nação hegemônicos, os quais, de alguma maneira, impactaram suficientemente no modelo de acumulação. A primeira dessas nações foi a genovesa, tendo início por volta do século XIV e se estendendo até meados do século XV; seguida do regime holandês, que tem início no final do século XVI e fim por volta do século XVIII, sucedido do regime britânico que se inicia no século XVIII e segue até a primeira metade do século XX, momento em que os Estados Unidos assumem a posição de nação hegemônica até os dias atuais.

Foram, porém, as revoluções ocorridas no século XVIII e começo do século XIX que modificaram o entendimento do mundo moderno, pois, segundo Wallerstein (1973), esse foi o momento em que houve uma ruptura com o antigo modelo de desenvolvimento baseado no feudalismo, desembocando, logo em seguida, em um modelo capitalista de mercado dependente do expansionismo e da exploração, o qual, mais tarde, vincula-se diretamente ao poder social e estatal.

A economia mundial capitalista já existia há cerca de dois séculos. O imperativo da acumulação interminável de capital gerou uma necessidade constante por mudança tecnológica, por uma constante expansão de fronteiras geográficas, psicológicas, intelectuais, científicas. (Wallerstein, 1973, p. 2)²

As revoluções industrial e francesa, ocorridas entre os séculos XVIII e XIX, marcaram essa transição ao introduzirem, de fato, a ideia de um Estado capitalista que não somente tem o aspecto econômico, mas está intimamente vinculado com o sistema político.

² Todas as traduções são de autoria nossa.

É a partir desses acontecimentos que Wallerstein caracteriza o surgimento de uma economia-mundo

[...] uma economia-mundo é uma grande zona geográfica dentro da qual existe uma divisão de trabalho e, portanto, uma troca interna significativa de bens básicos ou essenciais, bem como fluxos de capital e trabalho. (Wallerstein, 1973, p. 23)

A economia-mundo moderna defendida pelo autor, além da dominação econômica que se seguiu, se caracterizou, também, pela homogeneização cultural e pela formação de uma ideologia Pan-europeia.

Esse desenvolvimento astronômico, que se estende até a contemporaneidade, vivenciado pelas nações europeias que se estende até a contemporaneidade foi financiado pela adição dos mercados regionais e, especialmente, pela exploração das nações do Sul Global, regiões como o Sudeste Asiático, a América Latina, o Oriente Médio e principalmente o continente africano, – alvo do imperialismo, da separação dos povos e da escravidão –, todas essas ações, justificadas pelo expansionismo e consolidação da economia-mundo.

Isto posto, o processo de sucessivas mudanças nas cadeias produtivas propiciou uma ligação mais sólida entre as diferentes partes que compõem o processo de produção das mercadorias, mesmo que a participação nesse fosse baseada em uma relação explorado e explorador, como bem argumentou Santos (2018) ao discorrer a respeito da disparidade das ligações econômicas ocorridas entre as nações subdesenvolvidas, as grandes metrópoles e a economia global.

Ou seja, há uma separação dentro do conceito de economia-mundo entre o que seriam suas zonas centrais (centro), suas zonas intermediárias (semiperiferias) e suas zonas subordinadas (periferias), contudo, apesar da relação de dominação, este novo mercado global passa a assumir um caráter cosmopolita, à medida em que há uma complexa rede de interação entre os atores globais que contribuem com esse mercado internacional por meio de mão de obra, fornecimento de insumos ou produção industrial de alto valor agregado (reservada aos países europeus e, pouco depois, ao Estados Unidos).

O mais recente ciclo de acumulação é o Estadunidense, que assume o controle desse Sistema-mundo no início do século XX tomando proveito do caos sistêmico que se instaurou nos primeiros sinais de declínio da hegemonia britânica, mas foi na década de 1940, ao fim da segunda guerra mundial, quando, segundo Arrighi (2003), os Estados Unidos passaram a ocupar uma posição hegemônica no globo, detendo cerca de 70% das

reservas de ouro mundial, além de ser o maior financiador dos países em reconstrução e em adição a isso, mantinha certos privilégios estabelecidos por meio da conferência de Bretton Woods³ e na paridade ouro-dólar que se seguiu até o ano de 1971 quando foi finalmente substituída por um sistema de taxa de câmbio flutuante.

Tais inovações tornaram possível o surgimento de uma espécie de reorganização dos mercados de massa, segundo Arrighi (2003), na qual a integração do processo de produção em massa se ligou ao processo de distribuição, dando origem a um novo tipo de empresa capitalista, que, em grande medida, impulsionou o deslocamento dos Estados Unidos para a posição de hegemonia global e de principal financiador das nações por meio da internacionalização de suas empresas.

À medida que grandes e regulares fluxos de recursos, gerados por esse tipo de concentração das atividades empresariais, foram reinvestidos na criação de hierarquias de executivos de níveis alto e médio, especializados no monitoramento e regulação dos mercados e dos processos de trabalho, as empresas verticalmente integradas passaram a desfrutar de vantagens competitivas decisivas em relação às empresas formadas por uma só unidade ou mesmo às empresas de unidades múltiplas, menos especializadas. Essas vantagens traduziram-se num crescimento e disseminação espantosamente rápidos da nova estrutura organizacional. (Arrighi, 2003, p. 249)

Foi, segundo Arrighi (2003), por meio desta “revolução organizacional”, da transformação de empresas de crescimento horizontal para vertical, somada a uma robusta burocracia que os Estados Unidos assumem as rédeas desse novo Sistema-mundo, denominado por Harvey (2008) como um regime de acumulação diferente daqueles anteriores, esse seria um novo tipo de acumulação, desta vez flexível:

A acumulação flexível [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho dos mercados de trabalho dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento dos setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (Harvey, 2008, p. 140)

O modelo que passa a vigorar como sendo o divisor de águas entre os regimes anteriores e o Estadunidense é concebido por Arrighi como “capitalismo de corporações” dadas as suas características estruturais. Harvey (2008) observa que essas características são um reflexo do dinamismo trazido pelo modelo capitalista vigente, à medida em que

³ [...] o sistema monetário mundial criado em Bretton Woods foi muito mais que um conjunto de acordos técnicos com vistas a estabilizar paridades entre algumas moedas nacionais seletas, e a ancorar o conjunto dessas paridades nos custos de produção, através de uma taxa de câmbio fixa entre o dólar norte-americano e o ouro. (Arrighi, 2003, p. 287)

sofre de uma alta volatilidade de mercado somada a um aumento de competição empresarial, o que causa inevitavelmente uma instabilidade de lucro e o consequente enfraquecimento da classe trabalhadora, a qual sofre por conta dos contratos de trabalho flexíveis.

Os Estados Unidos, que desde o início do século passado, haviam assumido a posição de hegemonia global, acabam por entrar em um período de caos sistêmico ao final da segunda guerra mundial, devido ao fortalecimento da União Soviética (hoje República Federativa Russa). Arrighi (2003) destaca três esferas que demonstram o enfraquecimento Estadunidense frente às novas dinâmicas surgidas nas décadas de 1960 e 1970, a esfera militar, financeira e ideológica.

Somado a isto, vale destacar o pouco empenho Estadunidense com a boa condução de uma política internacional, o que resultou na utilização do *hard power* (maneira de exercer a influência por vias diretas, seja por via econômica ou militar) como forma de lidar com o ambiente internacional dinâmico que se engendrou; o resultado foi os constantes conflitos e tentativas de golpe de Estado iniciados nesse período, localizados, principalmente, nos países do Sul Global.

[...] a escalada das despesas públicas para sustentar o empreendimento militar no Vietnã e superar a oposição à guerra dentro do país, por meio do programa Grande Sociedade, fortaleceu a pressão inflacionária nos Estados Unidos e na economia mundial em geral, aprofundou a crise fiscal do Estado norte-americano e acabou levando ao colapso o sistema de câmbio fixo, cujo centro era os Estados Unidos. (Arrighi, 2008, p. 165)

O corolário desse fracasso financeiro Estadunidense se estendeu à baixa produtividade e à lucratividade das corporações. Em adição à fase negativa para a economia Estadunidense, uma série de países, que haviam se industrializado no Pós-Guerra por meio do incentivo Estadunidense, começaram a desafiar essa hegemonia.

[...] a competição internacional se intensificou à medida que a Europa Ocidental e o Japão, seguidos por toda uma gama de países recém-industrializados, desafiaram a hegemonia estadunidense no âmbito do fordismo a ponto de fazer cair por terra o acordo de Bretton Woods e de produzir a desvalorização do dólar. A partir de então, taxas de câmbio flutuantes e, muitas vezes, sobretudo voláteis substituíram as taxas fixas da expansão do pós-guerra. (Harvey, 2008, p. 135)

Assim, esse enfraquecimento diplomático e de projeção de poder (*hard power*) gerou uma perda de espaço sofrido pela hegemonia Estadunidense que teve outro reflexo no mundo: os processos de descolonização das nações do Sul Global ao redor de todo o planeta.

É por meio desta rede de relações ocorridas no percurso histórico e mais recentemente influenciadas pelos acontecimentos do último século que foram forjados nossos entendimentos acerca do Sul Global e da sua participação no sistema mundo moderno, basta, pois, compreender quais foram os fatores determinantes que transformaram esse Sul Global periférico em um importante ator global do século XXI no que diz respeito, por exemplo, à formação do grupo BRICS+ e aos movimentos de renascimento ao redor do continente africano.

2.1 Sul Global e o crescente multipolarismo

O processo de transformação de um Sul Global periférico para o *status* de importantes atores no cenário internacional, longe de ser um fenômeno recente, é o resultado de uma série de relações históricas profundamente enraizadas, especialmente na dicotomia Norte-Sul. A compreensão do desenvolvimento e consolidação do Sul Global como conhecemos hoje, aliada à capacidade desses países emergentes de redefinir relações e desequilibrar a balança de poderes, é essencial para entender o novo panorama geopolítico desta primeira metade do século.

O termo “Sul Global” é designação simbólica para denominar uma ampla gama de nações em desenvolvimento, diversificadas em suas histórias, origens e tradições, com múltiplas abordagens no que se refere ao poder, à cultura ou à identidade (Ayllón, 2014, p. 57)

Essa ideia de um Sul Global, cunhada no final da Guerra Fria, faz referência às sociedades em desenvolvimento que possuem indicadores médios e baixos. Segundo Ayllón (2014), o novo termo tem substituído gradativamente o conceito de "terceiro mundo" à medida em que se apresenta como um "espaço de resistência híbrido". Esses novos Estados que hoje se identificam como Sul Global são aqueles que ocupam no Sistema-mundo as posições de semi-periferia e periferia e que compartilham a vontade comum da construção de uma "globalização contra-hegemônica" e multipolar.

Para Connell (2012), o termo Sul Global se refere aos países da América Latina, Ásia, África e Oceania, marginalizados culturalmente, politicamente e financeiramente, resultado das características históricas da dinâmica internacional

O termo Sul Global funciona como mais do que como uma metáfora do subdesenvolvimento. Faz referência a toda uma história do colonialismo, neo-imperialismo e mudanças econômicas e sociais diferenciais através das quais grandes desigualdades nos padrões de vida, expectativa de vida, e acesso a recursos são mantidos (Connell, 2012, p. 13)

Portanto, o termo Sul Global traz ao debate importantes contribuições no sentido da promoção de uma quebra de paradigma, que passa a tomar a dimensão geopolítica de poder dessas nações em detrimento da compreensão destas como puro resultado da forma de condução de sua economia ou fruto de sua experiência política e cultural. Ou seja, as nações devem ser entendidas por suas capacidades desempenhadas no Sistema-mundo e suas habilidades de projetar-se frente aos demais Estados soberanos.

O conceito de Sul Global ganhou destaque a partir da metade do século XIX, em um momento em que a cooperação era tradicionalmente entendida por meio da noção de assistência que seria realizada através dos países desenvolvidos em direção aos países em desenvolvimento do Sul Global. Nesse cenário, essa cooperação era entendida ainda como uma forma de assistência, sendo esses países reconhecidos como doadores. Portanto, essa forma de cooperação Norte-Sul no primeiro momento poderia ser entendida por meio de uma espécie de filantropia conduzida pelos países mais ricos (Mello 2014).

O fortalecimento da integração internacional entre os países se deu por meio da institucionalização da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID)⁴, Milani (2014), no período pós Segunda Guerra Mundial e início da Guerra-Fria, onde as potências vencedoras do conflito iniciaram um processo de consolidação de sistemas econômicos internacionais que serviam aos interesses do Ocidente em relação às nações ainda em desenvolvimento das Américas, Ásia e África.

O mais importante movimento nesse sentido foi feito pelo governo Estadunidense, o qual encaminhou “pacotes de ajuda” para a reconstrução dos países arrasados pelo conflito por meio do que veio a ser chamado de Plano Marshall e, posteriormente, Plano Colombo na Ásia. Esses programas assistenciais serviram como base para a posterior entrada de outros países no sistema CID, além disso, segundo Milani (2014), outro importante fator para a consolidação do CID diz respeito à política anticomunista levada a cabo pelas nações ocidentais, em especial os Estados Unidos, que encabeçou o movimento

⁴ Cooperação internacional para o desenvolvimento (CID), segundo definição da *Special Investigation Service of the Republic of Lithuania* se refere a uma parte integral da política internacional dos países desenvolvidos, que buscam promover paz, crescimento econômico e estabilidade social no mundo, reduzindo disparidades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, além de integrar países em desenvolvimento na economia mundial. A luta contra a pobreza, suporte aos direitos humanos, equidade de gênero, democracia, estado de direito e boa governança são partes integras dessa política.

Macarthista⁵ logo após os acontecimentos da Revolução Chinesa e dos avanços soviéticos com o uso de tecnologias nucleares.

No âmbito da cooperação internacional, a atuação dos países desenvolvidos estava intimamente relacionada a interesses liberais ocidentais que visavam à satisfação desses em contrapartida aos interesses das nações em desenvolvimento, os quais se encontravam às margens dos centros decisórios globais, prisioneiros da condução política e econômica por parte dos estados ocidentais, os quais projetam os seus interesses nas decisões tomadas nos aparelhos internacionais.

A posição marginal que muitas nações africanas e asiáticas ocupavam, portanto, nas relações internacionais, se manteve até meados da década de 1950. Durante esse período, essas regiões eram predominantemente vistas como periferias coloniais, subordinadas aos interesses das potências europeias e praticamente excluídas das principais decisões globais. Entretanto, com o sucesso dos movimentos de descolonização, essas nações começaram a se inserir, ainda que de forma inicial, no cenário internacional. Essa inserção foi impulsionada pela própria brutalidade da dinâmica capitalista, que marginaliza e expropria na medida que se faz necessário para a reprodução do modelo capitalista nos países desenvolvidos.

Esses Estados recém libertos e agora inseridos no cenário internacional seguem na luta pela superação do “atraso” herdado do período colonial. Nesse contexto, surgiu o conceito da Consciência do Sul⁶, o qual levou a fortes críticas aos países desenvolvidos e a suas formas de dominação, ao fortalecimento da cooperação entre essas nações emergentes e a uma maior participação em fóruns e discussões internacionais (Ayllón, 2014).

Esses Estados, surgidos dos movimentos de libertação ao redor do Sul Global, foram importantes para consolidação da ONU como fórum de discussão de temas voltados, também, para o Sul Global e como um aparelho decisivo nos primeiros acordos inerentes ao desenvolvimento do Sul Global, sendo a primeira participação nesse âmbito feita após crescente insatisfação dessas nações com a sua não participação na elaboração do acordo

⁵ Movimento cujo líder era o Senador Americano McCarthy. O movimento deu início a uma verdadeira perseguição na sociedade Estadunidense, atingindo, também o próprio governo, causando uma série de “expurgos” políticos, motivadas por teorias que afirmavam que o insucesso Estadunidense decorria da presença de comunistas no aparelho estatal (Bobbio, 2008).

⁶ Processo que tem início com armistício das guerras da Coreias e Indochina, com os eventos de Bandung, com a aproximação entre China e Índia, com a afirmação dos cinco princípios da coexistência pacífica e com outros eventos que acabaram por dar início as manifestações dos países da semiperiferia e periferia nas relações internacionais (Ayllón, 2014).

de Bretton Woods⁷, o qual modificou consideravelmente a ordem econômica vigente. Por representarem, outrossim, a maioria nesse órgão, essas conseguiram, segundo Ayllón (2014), introduzir o tema do desenvolvimento na agenda internacional, o que posteriormente abriu margem para a criação do Fundo Especial das Nações Unidas, além de outras conquistas no seio da ONU direcionadas a reajustes no entendimento da cooperação Norte-Sul.

Seguindo nessa esteira, outro importante encontro realizado por nações emergentes foi o ocorrido em Colombo, realizado em 1954 onde a Índia, Indonésia, Burma e Ceilão se tornaram importantes protagonistas na busca por uma agenda política comum (AL Rinaldi, 2021). Esse encontro tornou possível a Conferência de Bandung⁸ que, para muitos estudiosos das relações internacionais e em específico das relações Sul-Sul, talvez seja o mais importante momento na formação do entendimento sobre o Sul, tendo em vista que posteriormente serviu como base para Belgrado em 1961 e para o fortalecimento do Movimento dos Países Não Alinhados (MPNA) (Milani, 2014).

A Conferência de Bandung reuniu líderes dos países recém-libertos da Ásia e da África, que, a partir daquele momento, começaram a construir uma maior integração entre si, baseada nos princípios orientadores apresentados ao final daquela, como explicitado no Quadro 1 abaixo.(ver quadro1)

Quadro 1 - Princípios de Bandung.

1. Respeito aos direitos humanos fundamentais e aos princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas
2. Respeito mútuo pela integridade e soberania territorial dos países
3. Reconhecimento da igualdade entre todas as raças e nações
4. Não intervenção ou não interferência em assuntos internos de outros países
5. Respeito à defesa de cada nação à sua própria defesa, em conformidade com a carta da ONU
6. Abstenção do uso de pactos de defesa coletiva para beneficiar interesses específicos de quaisquer potenciais

⁷ O acordo de Bretton Woods diz respeito à Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas que foi realizada com o intuito de promover maior estabilidade financeira internacional, haja vista o cenário deixado no Pós-Segunda Guerra e a grande recessão de 1929. Nesta Conferência foram acordados a criação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, junto a isso, pareou-se o valor do dólar ao ouro em uma base fixa, além de tornar o dólar a moeda de reserva de taxa de câmbio dos países (IPEA, 2009).

⁸ Encontro realizado na Indonésia no ano de 1955, que reuniu líderes de 29 países para tratar do tema do desenvolvimento Sul-Sul, além de fortalecer o Movimento dos Países Não Alinhados em detrimento das decisões unilaterais dos países desenvolvidos.

7. Rechaço a ameaças e agressões, ou uso da força contra a integridade territorial ou independência política de um país

8. Emprego de soluções pacíficas para a resolução de conflitos internacionais, conforme a Carta da ONU
--

9. Promoção dos interesses mútuos de cooperação

10. Respeito à justiça e obrigações internacionais
--

Fonte: South Centre, 2017.

O estabelecimento desses princípios objetivava guiar a cooperação entre esses novos líderes emergentes na direção de uma ordem internacional alternativa e não hegemônica e acabaram por fortalecer a cooperação à medida em que conferiu maior peso à influência política do mundo em desenvolvimento. O período que sucedeu ao encontro de Bandung foi marcado por uma maior participação dos países em desenvolvimento nos fóruns internacionais, nos quais, segundo Ayllón (2014), houve uma ampliação da agenda com o intuito de incluir problemas relacionados a este grupo de países, sendo o principal deles o das assimetrias comerciais que envolvem os países desenvolvidos.

Nesse contexto de mudanças significativas, como a crescente pressão por equidade nas relações comerciais globais, ocorre a conferência de Genebra em 1964, cujo objetivo foi a discussão de temas de comércio e desenvolvimento (AL Rinaldi, 2021). Desse encontro surgem duas importantes instituições: a UNCTAD (sigla em inglês para Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento) e, a partir desta, o G77, ambos focados essencialmente em questões econômicas voltadas para a promoção do desenvolvimento dos países emergentes.

As conquistas obtidas por meio da ONU representavam a força que o Movimento dos Países Não Alinhados (MPNA) havia conquistado por meio da promoção da ideia de uma mudança no sistema econômico internacional, muito dessa força deriva da dispersão global dessas nações, que se encontravam na África, Ásia e América Latina. Assim sendo, países que se encontravam fora da Europa passaram a utilizar do não alinhamento como forma de frear a influência das superpotências fomentando a cooperação mútua e o intercâmbio de informações nos mais diversos âmbitos (AL Rinaldi, 2021).

Essa participação se mostra mais clara a partir da III Conferência dos Países Não Alinhados (MPNA), em 1970, na qual se formaliza o conceito de *autossuficiência coletiva* (Ayllón, 2014), implicando em uma perda de confiança para com as ações dos países ricos em relação aos países em desenvolvimento. As perspectivas das nações não alinhadas se

mostravam muito otimistas frente às conquistas no cenário internacional nas décadas de 1960 e 1970 e foram essenciais para o combate ao modelo de cooperação imposto pelos países ricos após a mudança da convenção de Bretton Woods e da paridade ouro-dólar para o modelo de dólar flutuante.

O novo modelo de CID imposto pelos países ricos implicava na aceitação de determinantes políticos e econômicos que acabavam por excluir do processo os Estados que recebiam o investimento, tornando-os recebedores passivos. A insatisfação dos países em desenvolvimento com esse modelo foi levada para a assembleia da ONU de 1972, na qual Ayllón (2014) destaca a criação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que se converteu em um ponto focal para a organização da Cooperação Sul-Sul (CSS).

Outro importante passo para a consolidação da CSS no final da década de 1970 foi a elaboração do Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), na conferência da ONU de 1978, cujo objetivo era a promoção do Comitê de Cooperação e Desenvolvimento dos Países em Desenvolvimento (CTPD). Segundo Ayllón (2014), o PABA efetivou um novo conceito de cooperação, baseado na horizontalidade e no intercâmbio de informações entre os países em desenvolvimento, detentor de uma natureza multidimensional, podendo se desdobrar em diversas modalidades.

Um ano após o PABA, em 1979, passa a operar o Comitê de Alto Nível para a CSS, processo subsidiário da ONU e principal entidade do órgão no que diz respeito a CSS, que, entre outras funções relativas aos países em desenvolvimento, realizava relatórios e sugestões concernentes à implementação do PABA.

Não obstante, apesar dos grandes esforços e conquistas obtidos pela CSS, a década de 1980 foi marcada por uma série de desmobilizações decorrentes das mudanças no reordenamento de poder global, grande parte destas foram causadas pela alteração da política macroeconômica Estadunidense, fruto da substituição do antigo modelo de Bretton Woods, que acabou por alavancar a taxa de juros e dar início a um período de desequilíbrio das balanças financeiras, em especial, das nações em desenvolvimento. Somado a isso, vale destacar o fenômeno da globalização da década de 1990, que surte efeitos completamente desbalanceados, uma vez que acabou reforçando uma dinâmica de exploração dos países periféricos por meio das disputas de comércio, das linhas logísticas e dos problemas relacionados à própria segurança desses Estados.

Os fatores macroeconômicos associados às políticas Estadunidenses acoplara -se a uma mudança de foco dos países periféricos, que passaram a buscar resoluções para as questões geradas internamente como resultado das mudanças ocasionadas por esse reordenamento. Um exemplo marcante deste processo foi o boicote ao Grupo dos 77 (G77), no qual as nações ricas bloquearam iniciativas que buscavam reformar as regras do comércio internacional em favor dos países emergentes. Além disso, os Estados Unidos e seus aliados ocidentais pressionaram financeiramente os países que se alinhavam com propostas alternativas de desenvolvimento, cortando ou condicionando a ajuda externa, como aconteceu em diversos momentos durante as negociações da UNCTAD.

Os esforços do G77 e da UNCTAD para promover uma nova ordem econômica internacional enfrentaram não apenas pressões econômicas e políticas, mas também boicotes a nível militar e Golpes de Estado. Essas ações faziam parte de uma estratégia das potências ocidentais para preservar o *status quo* e impedir que as demandas do Sul Global resultassem em mudanças significativas. Um exemplo notável é o golpe militar no Chile em 1973, apoiado pelos Estados Unidos, que derrubou o governo de Salvador Allende, um defensor de políticas econômicas independentes e do controle nacional dos recursos naturais (Jacobin 2022).

[...] iniciou-se processo de deslegitimação dos países em desenvolvimento. Diferentes autores identificados com os postulados neoliberais negaram a superioridade moral dos países do Sul em suas reivindicações, ao afirmarem que seus governos buscavam os objetivos que os países do Norte também tinham: riqueza, poder e controle dos organismos internacionais.[...] Até mesmo a ideia de CSS foi considerada – a partir de postulados realistas – como “um conceito romântico”, uma elaboração dos “despossuídos” do sistema internacional que se opunham à penetração dos países do Norte em suas economias. (Ayllón, 2014, p. 67)

Todos esses fatores levaram a um enfraquecimento do movimento da CSS, em grande medida, pela perda de um dos mais importantes fatores de união entre esses Estados na origem do movimento - as descolonizações - o que abriu brecha para uma diminuição significativa nas esperanças coletivas com relação a unidade da CSS, em especial, devido às grandes diferenças econômicas e sociais entre os países em desenvolvimento.

Apesar do enfraquecimento da CSS, ocorreram algumas tentativas de aproximação na mesma década. Alguns encontros de alto nível como: a Conferência de Alto Nível sobre Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento na Venezuela em 1981, que deu origem ao Plano de Ação de Caracas e outros importantes avanços em nível técnico para a CSS; as negociações do Sistema Global de Preferências Comerciais, que tiveram início em

Brasília e foram concluídas em Belgrado em 1987; e, ocorrida no mesmo ano, a constituição da formação Sul.

A partir da década de 1990, a CSS retoma parte de sua força por meio da liderança da ONU que introduz um novo conceito chave para o desenvolvimento da CSS: a ideia de “países pivô”⁹, a qual designa um grupamento de países com capacidades de promoção de apoio ao crescimento econômico. Esse novo conceito é introduzido por meio de novas orientações pertencentes ao Comitê de Cooperação e Desenvolvimento dos Países em Desenvolvimento (CTPD), o qual também prevê alterações na forma como essas atividades seriam realizadas, passando a assumir um caráter multifacetado.

Ayllón (2014) argumenta ainda que, ao decorrer do tempo, a CSS perde grande parte do caráter ideológico que inicialmente unia essas nações do Sul Global. Em vez disso, a CSS passou a focar mais em questões técnicas e no desenvolvimento econômico.

É, pois, a partir desse novo entendimento a respeito de qual deveria ser o objetivo da organização da CSS que os encontros realizados, após a virada do século, assumem essa postura, vinculados, principalmente a características econômicas, como no caso dos encontros realizados em Havana, em 2000, e em Monterrey, em 2002, que promoveram mais participação da CSS enquanto instrumento para a progressão econômica e social dos Estados por meio de diferentes modalidades e formas de cooperação entre os países em desenvolvimento.

Outrossim, vale salientar a importância assumida pela ONU na condução da CSS nessa primeira década por meio do fortalecimento das relações, feitas por meio de alguns encontros, tais como: o Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento (FCD); a Conferência de Alto Nível sobre a Cooperação Sul-Sul e a Cúpula de L’Aquila em 2009. Além do papel desempenhado por outras organizações como o G20 que incorporou alguns desses países em desenvolvimento e passou a servir, juntamente à ONU, como um local utilizado para debate acerca das demandas do Sul Global.

É nesse contexto em que se pode discutir a respeito de um mundo crescentemente multipolar e conduzido por países que, anteriormente colonizados e em posição de subordinação em relação aos países desenvolvidos na economia global, passam por fortes

⁹ Segundo Chen *et al.* (2016) A ideia de países pivô não é fixa, ou seja, eles podem servir a diferentes propósitos, contudo, algumas questões podem ser bem definidas como, por exemplo, os países pivô representam certa significância militar, econômica cultural e ideológica. Esses fatores tornam o país geoestrategicamente influente à medida em que desempenha uma importância regional e capacidade de projeção global.

transformações que os conduzem rumo à cooperação e ao desenvolvimento no cenário internacional. Nesse sentido, e considerando os dados econômicos, demográficos e políticos, que cada vez mais se deslocam, para os países do Sul Global, em especial para o Leste Asiático, tendo como principal expoente a China, é, ao menos, correto afirmar que existe hoje uma mudança gradual do domínio Ocidental em direção aos países do Sul Global e conseqüentemente a um modelo multipolar.

O mais importante fenômeno relacionado à nova ideia de multipolarismo se dá, então, ainda na primeira década deste novo século, caracterizando-se ele como a união de um grupo de países pivô localizados em quatro continentes e cujas capacidades de crescimento e projeção econômica se mostram muito promissoras. O BRICS se apresenta como um grupo de países capaz de projetar poder no cenário internacional, representando um pólo que, embora defenda e mantenha as instituições existentes, busca transformar o *status quo* e promover um equilíbrio mais diversificado no sistema global, avançando em direção ao multipolarismo.

2.2 BRICS+

As grandes transformações no cenário internacional ocorridas durante o século XX, como são o caso da formação das grandes instituições internacionais; o fim da Segunda Guerra Mundial; a Guerra Fria e seu posterior desfecho com o desmantelamento da União Soviética, foram responsáveis pela condução internacional que desbocou diretamente ou indiretamente nos países do Sul Global, que passaram por fortes mudanças como as descolonizações e o surgimento e fortalecimento do movimento dos não alinhados, que tornaram possível um vislumbre das capacidades dessas nações. Esse primeiro momento foi crucial para o surgimento dos posteriores grupos regionais deveras variados no âmbito da cooperação Sul-Sul, com destaque para o surgimento do grupo BRICS na primeira década do século XXI.

Este período foi marcado por profundas metamorfoses no cenário internacional, motivadas pela mudança de paradigmas da condução da política externa Estadunidense como resultado do atentado do 11 de setembro de 2001, o qual deu início a “guerra ao

terror¹⁰”, desencadeando uma série de operações militares ao redor do mundo e pondo em cheque os antigos arranjos internacionais.

Às desconfianças geradas por uma postura mais agressiva da maior potência militar, soma-se a crise decorrente do mercado imobiliário Estadunidense, a qual atinge em cheio e, principalmente, as maiores economias. Esses sucessivos acontecimentos favorecem ainda mais a posição dos países emergentes na primeira década deste século e acabam por contribuir para uma maior aproximação dos países ainda em desenvolvimento no cenário internacional.

É nesse contexto que o termo BRIC surge, inicialmente, como um acrônimo elaborado pelo economista Jim O’Neil para se referir aos países que poderiam passar por um processo de rápido desenvolvimento devido, principalmente, às suas extensões territoriais, recursos naturais e tamanho populacional. Essas nações agiriam de forma central na condução para uma profunda mudança na distribuição de poder global.

A ideia do, ainda, BRIC ganha forças com o aprofundamento das crises do início do século, que, somadas ao crescimento maior do que o esperado por essas nações em desenvolvimento, se mostrou crucial para a consolidação desses Estados como novos e importantes atores nas relações internacionais. Sergey Lavrov, ministro russo das relações exteriores, foi quem, segundo Stuenkel (2017), deu o primeiro passo rumo à oficialização do grupo. Tomando como ponto de partida a experiência já consolidada dos RICs (Rússia, Índia e China), o ministro arquitetou a inclusão do Brasil como um quarto país participante do grupo, ainda em 2006, às vésperas da Assembleia Geral da ONU. O mesmo ocorreu no ano seguinte, quando um segundo encontro foi organizado às vésperas da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), dessa vez por meio de uma iniciativa brasileira.

É apenas em 2008 que o grupo assume um caráter mais formal, e isso se deve primordialmente à crise imobiliária Estadunidense, a qual atinge diretamente as economias mais desenvolvidas e acabam por criar uma corrida em direção aos países que representavam uma maior solidez econômica frente a esta crise. Esse momento confere aos

¹⁰A Guerra ao Terror foi uma campanha lançada pelo governo Estadunidense para o combate ao terrorismo. Em sua dimensão militar, envolveu conflitos significativos no Oriente Médio, operações da Inteligência no Iêmen e outras regiões, além de programas robustos de assistência militar e um aumento expressivo nos investimentos militares. No âmbito da inteligência, foram realizadas reestruturações institucionais e aumentos significativos no financiamento das capacidades de coleta de dados dos EUA. A vertente diplomática da guerra incluiu esforços contínuos para estabelecer e manter uma coalizão global de estados e organizações parceiras, acompanhada de uma ampla campanha de diplomacia pública voltada para mitigar o antiamericanismo no Oriente Médio. Internamente, a guerra ao terrorismo nos Estados Unidos trouxe novas legislações antiterrorismo, como o Ato Patriota (USA PATRIOT Act), a criação do Departamento de Segurança Interna e a detenção preventiva de milhares de suspeitos (Britannica, 2024).

países emergentes mais visibilidade e torna possível a idealização da primeira cúpula oficial do BRIC em 2009.

Desde então, o grupo realizou quinze encontros, com as cúpulas sendo rotativamente sediadas por cada país membro. Essa rotação é completada quando todos os cinco países têm a oportunidade de sediar uma reunião¹¹. Até o momento, três ciclos completos foram concluídos. Antes de nos aprofundarmos em cada uma dessas rotações, é importante destacar os temas comuns que têm permeado a maioria dos encontros ao longo dos anos.

Uma das questões mais importantes e frequentemente destacadas nos relatórios finais das cúpulas é o apoio a uma ordem mundial multipolar e democrática, baseada em decisões coletivas e guiadas por princípios como paz, segurança, desenvolvimento e cooperação. Nesse contexto, a reforma das instituições internacionais surge repetidamente como uma forma de tornar a distribuição global de poder mais equitativa. O grupo mantém seu compromisso com o desenvolvimento pacífico, condenando intervenções militares unilaterais e sanções, enquanto busca maior protagonismo no G20.

Nesse sentido, organizações como a ONU, o FMI e a OMC são centrais nos debates sobre a necessidade de reformas abrangentes que promovam maior estabilidade, especialmente na estrutura financeira global, em busca de um sistema internacional mais diversificado. Vale ressaltar que, apesar das críticas a essas instituições, o grupo reconhece a importância desses órgãos como pontos focais nas discussões globais.

Questões como o combate à pobreza, a exclusão social e o debate ecológico, com ênfase na necessidade de uma transição energética mais equitativa, têm ganhado destaque nas reuniões. Além disso, temas como o combate ao terrorismo, à proliferação de armas biológicas, ao uso de tecnologias para fins ilícitos e à corrupção também figuram cada vez mais nas discussões do grupo, refletindo a crescente complexidade desses desafios.

O primeiro ciclo de Cúpulas do BRICS 2009 - 2013

A primeira cúpula do BRIC, realizada em Ecatimburgo em 2009, marca o momento de virada do que antes era tido como um acrônimo ligado ao aspecto econômico desses países e passa a representar um alinhamento político e estratégico (Stuenkel, 2017).

¹¹ Levando em consideração a estrutura do grupo BRICS posterior a entrada do quinto membro, a África do Sul.

O tema do primeiro encontro do BRIC representa bem o caráter assumido por esses países em busca de um multipolarismo no cenário internacional.

Estamos empenhados em fazer avançar a reforma das instituições financeiras internacionais, de modo a reflectir as mudanças na economia global. As economias emergentes e em desenvolvimento devem ter mais voz e representação em instituições financeiras internacionais, cujos dirigentes e executivos deverão ser nomeados através de um processo de seleção aberto, transparente e baseado no mérito. (Rússia, 2009, parag. 3 - grifos nossos)

Os dois primeiros encontros do BRIC realizados respectivamente em Ecatimburgo (Rússia) - 2009 - e em Brasília (Brasil) - 2010 - contemplam o tema reforma das instituições financeiras internacionais, tal como pleiteiam por maior espaço nas mesas decisórias internacionais por meio da substituição do arranjo do G8 para o G20. Ainda no contexto de consolidação do grupo BRIC, é em 2010 que um outro país em desenvolvimento (África do Sul) participa da reunião realizada em Brasília naquele mesmo ano, ainda como observador. É apenas em 2011 que ocorre a formalização do país como membro efetivo do grupo (BRASIL, 2009; BRASIL, 2010).

Segundo Saraiva (2021), a cúpula realizada em Sanya (China) em 2011 representou uma fase marcada pela complexização do debate no âmbito interno e externo por meio de uma série de iniciativas e cujo tema era “Visão ampla, Prosperidade Compartilhada”. Questões como desenvolvimento e uso de matrizes energéticas renováveis; combate ao terrorismo; erradicação da pobreza e temas relacionados ao desenvolvimento da infraestrutura do continente africano figuram entre as pautas (BRASIL, 2011).

Mas é apenas na cúpula seguinte, em Nova Délhi (Índia), que o debate toma forma: ainda preocupados com a inclusão dos países emergentes nas grandes instituições financeiras internacionais, o, agora, grupo BRICS apresenta pela primeira vez a intenção da formação de um novo Banco do Desenvolvimento com o intuito de promover mais acesso aos países em desenvolvimento por meio do fornecimento de licenciamentos e linhas de crédito, de forma a criar um sistema internacional mais multipolar e capaz de corresponder às diferentes necessidades destes países (Brasil, 2012).

A cúpula de 2013, realizada em Durban (África do Sul), marcou o fechamento do primeiro ciclo de reuniões do BRICS com o tema “BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização”. Esse ciclo foi fundamental para a consolidação do BRICS como uma plataforma de cooperação entre economias emergentes, fortalecendo as relações do grupo com o continente africano e promovendo o desenvolvimento sustentável como parte do esforço para integrá-los ao processo de

industrialização global. Durante esse período, as economias do BRICS consolidaram-se coletivamente como os principais motores para a manutenção do ritmo da economia internacional, a qual ainda passava por um processo de recuperação das crises do início do século XXI (Brasil, 2014).

O segundo ciclo de Cúpulas dos BRICS 2014 - 2018

Os relatórios das futuras cúpulas dos BRICS entre 2014 e 2018 mantiveram o foco na reforma das instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, reiterando a importância de uma governança global mais equitativa e que refletisse a crescente influência econômica dos mercados emergentes. Eles defenderam uma reforma que aumentasse a representação e o poder de voto dos países em desenvolvimento nessas instituições, a fim de reduzir o desequilíbrio de poder que favorece a tradição das economias avançadas. Essa posição visava à construção de um sistema financeiro internacional mais justo e inclusivo.

O marco mais importante do segundo ciclo de cúpulas do BRICS foi a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), que se tornou efetivo com um capital inicial autorizado de US\$ 100 bilhões de dólares, sendo US\$ 50 bilhões dividido igualmente entre os membros. Outra importante iniciativa foi a criação do Arranjo Contingente de Reservas (ACR/CRA), também com um capital inicial de US\$ 100 bilhões. Esses acordos foram firmados durante a cúpula de 2014 em Fortaleza (Brasil) como uma alternativa às instituições financeiras tradicionais, com foco em financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em países membros e outras economias emergentes. O ACR, por sua vez, foi criado para fornecer uma rede de segurança financeira, permitindo que os membros acessem reservas em caso de crises de liquidez (Brasil, 2014).

Outro ponto de destaque foi a ênfase na promoção do comércio Intra-BRICS por meio das propostas de “Estratégia de Cooperação Econômica do BRICS” e “Marcos do BRICS de parceria Econômica Mais Próxima” para o fortalecimento da cooperação econômica entre os países membros. Outrossim, discutiu-se durante o encontro: as necessidades de uma reforma das nações unidas; a importância das TIC’s para o progresso econômico sustentável; o reforço do compromisso com a questão ambiental por meio da adoção dos protocolos e decisões sobre o clima; debate acerca da necessidade da mudança das matrizes energéticas (Brasil, 2014).

Com o tema “Parceria BRICS - um fator pujante de desenvolvimento global”, a cúpula de 2015, realizada em Ufá, Rússia, deu maior ênfase ao debate associado ao progresso equilibrado dos setores econômicos, no desenvolvimento de tecnologias e na inovação, das instituições, dos seus recursos, de suas infraestruturas e conectividade. Além disso, essa cúpula marca a entrada em vigor do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas com expectativas para que, em 2016, os primeiros empréstimos sejam realizados por meio da instituição. (Brasil, 2015)

Ainda na cúpula de Ufá (Rússia), os debates acerca das potencialidades do uso das moedas nacionais para a realização do comércio Intra-BRICS ganharam força, à medida em que facilitariam o intercâmbio entre as nações do bloco, possibilitando a criação de um ambiente de negócios mais favorável para a promoção de investimentos mútuos.

Em Goa (Índia), 2016, concluiu-se o primeiro ano de operações do NBD e do ACR de forma positiva, tendo em vista a expansão no continente africano e a aprovação do primeiro lote de empréstimos cedidos pelo NBD. As expectativas após esse primeiro momento são que essas instituições possam apoiar a expansão futura das nações do BRICS. Outras questões de destaque presentes na cúpula de Goa foram a reafirmação das necessidades de se explorar, por meio da colaboração em pesquisa e desenvolvimento e pela promoção da transferência de tecnologias, as TIC's (Tecnologia da Informação e Comunicação) e o fomento de inovação em áreas estratégicas, com destaque para a inteligência artificial. (Brasil, 2016)

A cúpula dos BRICS realizada em Xiamen, China, em 2017, segue a linha das anteriores, focando no desenvolvimento industrial por meio de novas políticas industriais e o desenvolvimento de infraestruturas. Contudo, a questão de maior relevância na cúpula se deu por meio do debate sobre o estabelecimento do “BRICS *Institute of Future Networks*” que tem por objetivo o aprimoramento de campos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas recentes como, computação em Nuvem, *Big Data*, análise de dados, nanotecnologia, inteligência artificial e 5G. Além disso, vale destacar o estabelecimento de um Centro Regional do NBD no continente africano. (Brasil, 2017)

O fechamento do segundo ciclo de reuniões do BRICS em 2018, Joanesburgo (África do Sul), é marcado por uma série de acontecimentos voltados para o tema da 4º Revolução Industrial, tema do encontro, e para a questão financeira Intra e Extra-BRICS. No âmbito da 4º Revolução Industrial, vale ressaltar a ênfase no entendimento e uso correto das TIC's como promotores do desenvolvimento, que resultou na criação do

BRICS PartNIR (Parceria para a Nova Revolução Industrial), a qual visa a maior participação dos países dos BRICS nas questões de digitalização, industrialização e inovação (Brasil, 2018).

Ainda na esfera de pesquisa e desenvolvimento científico, os países dos BRICS progredem consideravelmente no BRICS IPR (Direitos de Propriedade Intelectual) com o intuito de intensificar a cooperação e transferência de tecnologias entre os países do bloco.

No âmbito financeiro, nesse fechamento de segundo ciclo de encontros dos BRICS, vale ressaltar a conclusão bem sucedida do primeiro teste do ACR e os avanços satisfatórios das discussões a respeito da adoção de uma moeda local do BRICS, além dos resultados positivos do NBD que continua se expandindo em setores regionais, abrindo mais um espaço na América Latina por meio da construção de um escritório em São Paulo.

O segundo ciclo de reuniões dos países dos BRICS marca o momento em que os países do bloco assumem uma posição de maior protagonismo global, principalmente devido à criação do NBD e do ACR, que sinaliza a capacidade do grupo de implementar soluções concretas no enfrentamento dos desafios globais. Essas iniciativas fortaleceram ainda mais a posição dos BRICS no cenário internacional devido à diminuição da dependência das instituições financeiras tradicionais.

A crescente atenção dada ao continente africano e a outras economias emergentes nas cúpulas de 2014 a 2018 reforçou o compromisso dos BRICS com o desenvolvimento equitativo. Nesse período, o grupo se consolidou como um ator global multidimensional, empenhado não apenas no crescimento econômico, mas também na promoção de um mundo mais inclusivo e sustentável.

O terceiro ciclo de Cúpulas dos BRICS 2019 - 2023

O terceiro ciclo de cúpulas do BRICS foi profundamente impactado pela pandemia de COVID-19, a qual alterou drasticamente a dinâmica global e expôs vulnerabilidades econômicas e sociais em todo o mundo. A cúpula de Brasília, realizada em 2019, ocorreu pouco antes da eclosão da pandemia e já destacava a importância das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como um elemento-chave para moldar o futuro nas primeiras décadas do século XXI. A cúpula introduziu iniciativas importantes, como o lançamento da Rede de Inovação (iBRICS), uma plataforma de cooperação em inovação tecnológica destinada a ampliar a abrangência e a eficácia do trabalho conjunto dos países membros (Brasil, 2019).

Essas iniciativas tornaram-se ainda mais relevantes, à medida que os países do BRICS precisaram intensificar sua colaboração em ciência, tecnologia e inovação (CT&I). A operacionalização do PartNIR, um programa dedicado à cooperação em novas tecnologias industriais, e o estabelecimento de parques industriais e científicos do BRICS foram passos importantes para fortalecer a resiliência econômica e promover o desenvolvimento sustentável em um contexto global cada vez mais incerto.

Com a eclosão da COVID-19, os países do BRICS mantiveram os encontros anuais por meio, principalmente, de videoconferências com destaque para o debate acerca da prevenção da transmissão do vírus por meio da distribuição de vacinas acessíveis e econômicas e em apoio a iniciativa Acelerador de Acesso às Ferramentas contra o COVID-19 (ACT-A), ação encabeçada pela Organização Mundial da Saúde. Para além da mitigação dos impactos do COVID-19, os países do BRICS veem como importante o fortalecimento dos esforços para a condução em direção ao crescimento e desenvolvimento econômico no período pós-COVID-19.

Na esfera financeira desse terceiro ciclo de Cúpulas do BRICS, algumas questões tiveram maior destaque, como é o caso do NBD, que atuou fornecendo recursos pecuniários para reduzir as perdas humanas, sociais e econômicas causadas pelo vírus COVID-19 nos países do BRICS, fornecendo até US\$10 bilhões como empréstimos de emergência. Além de, também, no âmbito do NBD, terem sido abertas discussões a respeito da adição de novos países membros, que torna-se real apenas na Cúpula de 2022 com a adição de quatro novos membros: Emirados Árabes Unidos, Bangladesh, Egito e posteriormente o Uruguai (Brasil, 2021, 2022).

O ACR do BRICS passou, nesse terceiro ciclo, por baterias de testes, no total, foram 4 testes concluídos com sucesso e, até a Cúpula de 2023, a expectativa é que o ACR tenha uma maior coordenação com o FMI. Outras iniciativas como a Estratégia de Parceria Econômica do BRICS 2021-2025 e o aprimoramento do debate acerca do uso de moedas locais como instrumentos de pagamentos foram amplamente discutidas.

Outra questão que vale ser destacada e que aparece continuamente nos relatórios divulgados diz respeito ao debate acerca do Espaço Exterior, que assume um papel de grande relevância nesse terceiro ciclo de Cúpulas. Os países do BRICS defendem uma abordagem e exploração do espaço com fins pacíficos de acordo com o direito internacional, além de reiterarem a necessidade de maior cooperação do BRICS na área. Projetos e iniciativas no âmbito do Espaço Exterior como o enfoque na área de satélites de

sensoriamento remoto e o debate a respeito da garantia da sustentabilidade das atividades no espaço exterior ganharam ainda mais força durante o terceiro ciclo do BRICS (Brasil, 2019, 2020, 2021, 2022).

Outra área de interesse foi o continente africano por meio dos esforços para uma maior integração e desenvolvimento na região através de intermédio de grupos como o NEPAD (Nova Parceria para Desenvolvimento da África), ZCLCA (Zona de Comércio Livre Continental Africana) e UA (União Africana). O continente africano assumiu uma importância crescente nas cúpulas do BRICS, refletindo o compromisso do grupo em promover um desenvolvimento global mais inclusivo e equitativo, que se reflete no *slogan* assumido pelo grupo: “Soluções africanas para os problemas africanos”.

Durante esse período, as discussões se intensificaram em torno do apoio ao crescimento econômico sustentável na África por meio do suporte à agenda africana de 2063 e defesa da importância da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA). A relevância do continente africano foi sublinhada pela busca dos BRICS em fortalecer a integração econômica regional e em apoiar os esforços africanos para superar desafios históricos, como a pobreza e a desigualdade, ao mesmo tempo em que impulsionaram a transição para uma economia mais verde e resiliente:

Expressamos o nosso apoio à Agenda 2063 da União Africana e aos esforços da África para uma integração por meio do desenvolvimento da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) e outros meios. Ressaltamos a importância de questões como a industrialização, o desenvolvimento de infraestruturas, a segurança alimentar, os cuidados de saúde e o combate às mudanças climáticas para o desenvolvimento sustentável da África. Apoiamos a África para realizar a recuperação econômica e o desenvolvimento sustentável na era pós-pandemia. (Brasil, 2022, loc. 61)

O fechamento do terceiro ciclo de cúpulas do BRICS ocorreu em 2023, Joanesburgo, África do Sul, e destacou-se pelo debate sobre a expansão do grupo, com a inclusão da República da Argentina, da República Árabe do Egito, da República Democrática Federal da Etiópia, da República Islâmica do Irã, do Reino da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos. Vale destacar a presença do grupo “Amigos do BRICS”, composto por Cuba, República Democrática do Congo, Comores, Gabão e Cazaquistão. Esse movimento reflete a importância crescente do BRICS como um bloco geopolítico e econômico que busca representar os interesses das economias emergentes em um cenário global cada vez mais multipolar (Brasil, 2023).

Além disso, nos relatórios, foi reforçado o compromisso com a cooperação Sul-Sul, promovendo parcerias entre países em desenvolvimento para enfrentar desafios comuns,

como a segurança alimentar, as mudanças climáticas e a digitalização das economias. Os líderes do BRICS também discutiram a necessidade de uma maior integração econômica entre os membros e a exploração de novas oportunidades de cooperação em áreas como infraestrutura, por meio da cooperação PPP (Parcerias Público-Privadas), saúde e inovação tecnológica. A cúpula de 2023 consolidou a visão do BRICS como uma plataforma para fortalecer a voz dos países emergentes nas questões globais e avançar na direção de um sistema internacional mais justo e equilibrado (Brasil, 2023).

Apesar dos avanços e projetos desenvolvidos desde a primeira cúpula dos BRICS, muitas dúvidas persistem quanto à coesão e à eficácia dessa aliança. Alguns estudiosos como Kristen Hopewell (2017) entendem o grupo BRICS como um fenômeno dinâmico dos países emergentes, uma tentativa de aumentar sua influência e desafiar a dominância do Ocidente. Outros, como Stuenkel (2015), que embora reconheça a importância do bloco também, apontam uma série de tensões e divergências internas. Nesse contexto, torna-se imprescindível entender mais profundamente os modelos de governança dos países que compõem os BRICS e como essas diferenças podem ou não impactar a efetividade da parceria.

3. Modelos de governo no BRICS+: Democracias ou modelos de governo não ocidentais?

Após a breve análise das cúpulas do BRICS (2009-2023) e do notável avanço em direção a uma maior integração entre esses países que compõem o grupo, torna-se essencial o entendimento acerca de um possível impacto dos diferentes modelos de governo entre seus Estados. Considerando que as experiências internacionais, no tocante às organizações e grupos multilaterais desde a metade do século XX, têm sido predominantemente coordenadas e lideradas pelas nações Ocidentais, surge a questão da diversidade, principalmente política entre os países do BRICS a qual levanta a dúvida a respeito da real capacidade de integração do bloco em áreas mais sensíveis.

Ainda na cupidez de melhor compreender o impacto e as perspectivas do BRICS, é fundamental a investigação e reflexão acerca das particularidades dos modelos de governo dos membros deste bloco e a influência dessas nas estratégias e decisões coletivas tomadas por eles. Assim, este capítulo contribuirá, também, para um maior entendimento acerca dos países do BRICS. É, ainda, sob os parâmetros de compreensão a respeito do conceito de democracia e autoritarismo presentes em Bobbio (2008), que buscamos a expansão do

discernimento de como essas diferenças podem influenciar o processo decisório e a coesão interna do BRICS.

Primeiramente, é necessário pontuar que, no que se refere ao conceito de autoritarismo, Bobbio compreende um sistema de governo autoritário como sendo aquele em que se privilegia a concentração da autoridade governamental e, portanto, de poder nas mãos de uma única figura ou instituição, negando a igualdade entre os cidadãos e promovendo o princípio hierárquico (Bobbio, 2008).

A oposição existente entre o autoritarismo e os modelos de governo democrático está diretamente relacionada à forma de transmissão da autoridade, assim como, na diferença do tratamento para com os subsistemas políticos, posto que os regimes autoritários podem ser caracterizados pela ausência de instituições executivas e legislativas, ou, quando estas se fazem presentes, pela inércia diante do devido papel a elas designado (Bobbio, 2008).

A ausência de liberdade destes subsistemas burocráticos, judiciários e executivos; a supressão política dos sistemas partidários por meio do combate ao multipartidarismo e a redução da autonomia dos grupos partidários de relevância política são questões muito presentes nas variadas formas de regimes autoritários apresentados por Bobbio.¹²

O entendimento da democracia na teoria política contemporânea, por sua vez, segundo Bobbio, torna-se muito amplo e para tal é apresentado um conjunto de “procedimentos universais” que serviriam como uma base de análise para definir um “Estado democrático”, são elas:

- 1) o órgão político máximo, a quem é assinalada a função legislativa, deve ser composto de membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo, em eleições de primeiro ou de segundo grau; 2) junto do supremo órgão legislativo deverá haver outras instituições com dirigentes eleitos, como os órgãos da administração local ou o chefe de Estado (tal como acontece nas repúblicas); 3) todos os cidadãos que tenham atingido a maioria, sem distinção de raça, de religião, de censo e possivelmente de sexo, devem ser eleitores; 4) todos os eleitores devem ter voto igual; 5) todos os eleitores devem ser livres em votar segundo a própria opinião formada o mais livremente possível, isto é, numa disputa livre de partidos políticos que lutam pela formação de uma representação nacional; 6) devem ser livres também no sentido em que devem ser postos em condição de ter reais alternativas (o que exclui como democrática qualquer eleição de lista única ou bloqueada); 7) tanto para as eleições dos representantes como para as decisões do órgão político supremo vale o princípio da maioria numérica, se bem que podem ser estabelecidas várias formas de maioria segundo critérios de oportunidade não

¹² Para maior entendimento acerca dos diferentes regimes autoritários apresentados por Bobbio, conferir Bobbio pág. 94 sobre autoritarismo no livro: Norberto, 1909-Dicionário de política I Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1 la ed., 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.)

definidos de uma vez para sempre; 8) nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, de um modo especial o direito de tornar-se maioria, em paridade de condições; 9) o órgão do Governo deve gozar de confiança do Parlamento ou do chefe do poder executivo, por sua vez, eleito pelo povo. (Bobbio, 2008, p. 327)

Nesse sentido, observa-se, também, que segundo esses parâmetros, e consoante Bobbio (2008), não é possível afirmar que no decorrer da história já existiu Estado que pudesse ser inteiramente democrático conforme esses procedimentos. Discorreremos aqui, portanto, sobre regimes mais democráticos ou menos, uma vez que não é possível precisar a democraticidade desses Estados alicerçados no cumprimento ou não desses procedimentos (Bobbio, 2008).

Ademais, faremos essa análise tomando como ponto de partida a existência de critérios como a frequência das eleições, pluralidade de partidos, a liberdade de imprensa e o funcionamento das instituições. Esses serão os fatores levados em consideração para o entendimento acerca dos modelos de governo dos países que compõem o BRICS.

3.1 Brasil

O Brasil se destaca entre os membros do BRICS como uma das maiores democracias do mundo, com um sistema político caracterizado pelos critérios listados acima, tais como a realização de eleições regulares, pluralidade de partidos, liberdade de imprensa e o funcionamento autônomo das instituições.

No tocante à realização das eleições no Brasil, destaca-se a sua regularidade de realização, sendo feitas a cada quatro anos, tanto para os cargos executivos quanto legislativos, ocorridas de forma direta em todos os níveis: estaduais, municipais e federal. É o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que cumpre, no suceder do decurso eleitoral, a função de supervisor e garantidor da realização de um processo transparente e confiável.

Durante o transcurso eleitoral brasileiro observa-se também uma grande alternância de poder, com transições “pacíficas” entre os vários partidos. Esse fenômeno pode ser atribuído ao processo de redemocratização brasileiro no pós 1985, que consolidou as instituições democráticas no país. Na última década, 2010- 2020, esse movimento se refletiu na alternância entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Social Liberal (PSL), que assumiram o poder em momentos distintos.

Ainda no âmbito dos partidos políticos, vale ressaltar a pluralidade partidária na política brasileira. Atualmente, o Brasil conta com 29 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o que o torna um dos países com maior número de partidos

registrados no mundo, esse grande número partidário, em teoria, auxilia na promoção de uma maior representação, dado que compreende uma gama panorâmica de interesses. No entanto, essa fragmentação acaba por gerar um fenômeno da política brasileira, a formação das coalizões, que muitas vezes surgem da necessidade de conquista de maior governabilidade, porém acabam por diminuir a representatividade eleitoral, pois, em alguns casos, como as eleições mais recentes, promovem disputas com características quase que bipartidárias, tendo em vista a tendência à construção de duas grandes coalizões.¹³

Além disso, a formação dessas coalizões tendencialmente antidemocráticas dão continuidade a problemas históricos como o patrimonialismo e clientelismo, a qual acaba por gerar maior grau de corrupção, uma vez que torna-se mais complicado construir um projeto de Estado coerente bem como formar maiorias sólidas no Congresso Nacional (Schier, 2022), nesse sentido, as negociações políticas assumem uma configuração mais intensa e a troca de favores passa a ser mais comum.

No que diz respeito à liberdade de imprensa no Brasil, destacam-se os grandes conglomerados como a rede Globo e o Jornal Folha de São Paulo que são os maiores grupos midiáticos no território nacional, contudo, o fenômeno da internet acabou por diversificar essa relação e criar uma multiplicidade de mídias digitais. Apesar desse ambiente vibrante no qual se inserem as grandes mídias, o país enfrenta grandes desafios no que concerne aos problemas relacionados à liberdade de imprensa, haja vista, por exemplo, o desafio apresentado por tópicos como corrupção e violência urbana e a própria violência política. Segundo dados da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), 45% dos problemas de violência envolvendo os jornalistas estão relacionados a ameaças, à hostilização, à intimidação e a agressões físicas.

Ainda no tocante ao debate relativo à liberdade de imprensa, vale destacar o papel significativo que as *fake news* têm desempenhado nas eleições brasileiras. Segundo pesquisa divulgada pela CNN, quatro em cada dez brasileiros afirmam receber informações falsas diariamente (CNN, 2022). Durante as eleições de 2018 o país passou por um verdadeiro labirinto de desinformação, onde, pelo menos, 6 *fake news* eram lançadas por dia (Câmara de Curitiba, 2018), a situação apenas se agravou na eleição de 2022 com o aumento do número dessas notícias falsas somadas ao despreparo ou a simples falta de ação de, principalmente no meio digital (Diplomatique, 2022).

¹³ Como foi o caso da eleição mais recente, ocorrida em 2022, que, devido à grande fragmentação política, ocasionou a formação de duas grandes coalizões em torno dos candidatos do PT e PSL (2018); PT e PL (2022).

Por fim, as instituições políticas brasileiras possuem um sistema bem articulado, à razão da atuação independente e com um sistema de contrapesos eficientes, em certa medida, dos poderes judiciário, executivo e legislativo. Vale salientar, todavia, a existência de algumas fissuras na relação entre os poderes nos últimos anos, decorrentes do processo de transição de governos de ideologia mais a esquerda para aqueles de uma mais a direita conservadora não apenas chefiando a cadeira do executivo, mas também detendo um grande número de assentos na câmara dos deputados.

3.2 Rússia

No caso da Rússia, destaca-se a adoção de um modelo de cunho democrático formalmente estabelecido como uma república semipresidencialista de eleições regulares. Neste breve capítulo analisaremos os elementos do sistema político da Rússia, seu sistema eleitoral, pluralidade de partidos, liberdade de imprensa e funcionamento das instituições, com o intuito de compreender em que posição ela se encontra em relação às nações ocidentais e em relação aos países que compõem o BRICS.

Após o fim da União Soviética e início dos anos 2000, a Rússia passou por um processo de profundas transformações no cenário político, conduzidas, especialmente, por Vladimir Putin (atual presidente do país), que desenvolveu um sistema de governança caracterizado pelo controle das liberdades civis e políticas, especialmente por meio da centralização do poder pelo executivo.

As eleições russas para cargos federais, como o de presidente, e para demais cargos políticos, como o parlamento (Duma) e outros, ocorrem de forma regular, apesar de contestações frequentes feitas por observadores internacionais e opositores internos. Ou seja, mesmo com a realização frequente de eleições que contam com a presença de diversos partidos, ainda existem muitas dúvidas a respeito de manipulações de resultados, restrições e censuras a partidos e a políticos de oposição.

Eleições como a ocorrida em 2018, na qual o presidente Vladimir Putin é reeleito com cerca de 76% (The Guardian, 2018) dos votos válidos, levantam dúvidas a respeito da confiabilidade do transcurso eleitoral. Durante este processo, diversos líderes da oposição foram presos ou desqualificados, limitando significativamente a capacidade de oposição, segundo dados do Radio Free Europe (2018) o número de prisioneiros chegava a cerca de 200 em 2018.

Apesar da existência de um sistema multipartidário na Rússia, e da presença de diversos partidos formalmente registrados, na prática política revela-se uma completa dominância do partido Rússia Unida (RU ou UR), partido do atual presidente Vladimir Putin, principal receptor do suporte advindo do RU, em detrimento ao partido Liberal Democrata da Rússia (LDPR) e ao Partido Comunista da Federação Russa (PCFR).

A oposição na Rússia enfrenta diversas dificuldades para se registrar, operar e participar das eleições, segundo dados do Poder360 (2024), 33 pessoas haviam se inscrito para a disputa nas eleições, contudo muitos desistiram do processo e outros não tiveram suas candidaturas aprovadas pela comissão eleitoral do país. Essa dinâmica mostra que na realidade o que parece ocorrer na Rússia é a existência de uma pluralidade artificial e altamente controlada.

No que diz respeito à liberdade de imprensa na Rússia, é notório o controle estatal de parte relevante de alguns grandes meios de comunicação, em especial canais de televisão, um grande exemplo dessa questão é a Russia Today (RT), uma emissora estatal que frequentemente está diretamente associada aos interesses governamentais. Com a guerra da Ucrânia as restrições impostas se intensificaram, refletindo segundo o ForeignPolicy (2021) na suspensão do *Novaya Gazeta*; na estação de rádio *Ekho Moskvy*; o canal de televisão *TV Rain*, e o site *Meduza*.

Outro fator que acaba por diminuir ainda mais a liberdade de imprensa são os avanços da Rússia no sentido de aprovar novas regulamentações para o espaço virtual. Segundo dados elaborados pelo Repórteres sem Fronteiras (RSF), a Rússia está listada em situação grave no que diz respeito à liberdade de imprensa, ocupando a posição 164 no ranking em 2023, com o andamento da guerra na Ucrânia redes sociais como o *Instagram*, *Twitter* (atualmente X) e *Facebook* também foram bloqueados (ForeignPolicy, 2021).

No tocante ao funcionamento das instituições na Rússia, destaca-se a concentração do poder pelo executivo que tem como principal figura o atual presidente Vladimir Putin. O judiciário que, em teoria, é independente, frequentemente favorece as decisões vindas do Kremlin em detrimento da oposição ou ativistas contrários ao governo, a exemplo do caso da condenação de Mikhail Khodorkovsky, que, segundo a Human Rights Foundation (2023), foi condenado por financiar grupos de oposição e por criticar abertamente casos de corrupção no governo Putin, ainda no ano de 2003, e sentenciado a nove anos de prisão.

Por fim, a Duma também opera sob certas dificuldades, tendo em vista a completa dominância do partido RU; propostas e projetos apresentados pela liderança são

rapidamente aprovados, sem que hajam maiores debates ou oposições significativas, o maior exemplo dessa questão foi a atual reforma que possibilitou a reeleição do atual presidente Vladimir Putin.

3.3 Índia

O caso indiano é compreendido como um modelo democrático vibrante à medida em que representa a maior democracia no mundo. O modelo indiano de democracia representativa de tradição pluralista detém algumas de suas tradições democráticas do antigo regime britânico, sob controle do qual esteve durante grande parte do século XIX. É, também, por conta dessa experiência que a Índia possui um sistema parlamentar de eleições regulares e de sistema multipartidário

As eleições indianas se destacam por levar às ruas quase 1 bilhão de eleitores, as quais mantêm, apesar do grande número, um padrão garantido pela Comissão Eleitoral indiana que supervisiona e garante a transparência das eleições. Os resultados eleitorais refletem muito a diversidade étnica e cultural indiana, pois é comum notar alternâncias no poder.

O sistema eleitoral indiano é caracterizado por um esquema de votos distritais majoritários simples que crescem constantemente devido a expansão da população que já ultrapassa os 1.4 bilhões de habitantes segundo o Banco Mundial (2023). Recentemente, questões relacionadas ao Bharatiya Janata Party (BJP) do atual primeiro ministro Narendra Modi vêm levantando certas preocupações a respeito da influência, nas eleições, do uso da tecnologia para promoção do BJP, principalmente durante os processos eleitorais de 2014 e 2019 com investimentos na casa dos US\$ 11 bilhões de dólares segundo Sen *et. al* (2019).

Um aspecto crucial na eleição de Narendra Modi em 2014 foi o uso estratégico das mídias digitais para espalhar desinformação, moldando o ambiente político e influenciando a opinião pública. O BJP empregou amplamente plataformas online para disseminar notícias falsas, muitas vezes direcionadas a desacreditar seu principal rival. Essas campanhas de desinformação não apenas visavam a atacar a credibilidade de Gandhi, mas também a criar uma narrativa que exaltasse Modi como a única opção viável para a liderança da Índia (Gabriel *et al.*, 2021).

Paralelamente, houve uma intensificação da retórica polarizadora contra a minoria muçulmana, um elemento preocupante que marcou o período eleitoral. Essa retórica foi acompanhada por uma série de incidentes violentos e ataques direcionados à comunidade

muçulmana, alimentando tensões sociais já latentes. A combinação de desinformação digital e sectarismo ajudou a consolidar o apoio de setores nacionalistas hindus e ampliou a base eleitoral do BJP, tornando a eleição de Modi um marco na politização da internet na Índia (Gabriel *et al.*, 2021).

Ainda sobre os partidos, o sistema de governo indiano compreende uma ampla gama de partidos, refletindo diretamente as diferenças culturais, sociais e étnicas dos povos que compreendem a região da Índia. Apesar da existência de dois partidos de maior força, que são os casos do Congresso Nacional Indiano (INC), que participou do movimento de independência e governou durante certo período, e do BJP, que atualmente se encontra no poder.

Além desses dois partidos, diversos outros desempenham papéis fundamentais na condução da política nacional indiana, contudo, o crescimento do BJP, que constantemente vem se aproximando de um nacionalismo hindu, vem gerando preocupações crescentes sobre uma possível ruptura com esse entendimento político nacional baseado na pluralidade de partidos.

No tocante à liberdade de imprensa indiana, pode-se destacar os recentes acontecimentos que acabam por gerar certo receio com relação à liberdade dos meios de comunicação. O governo de Narendra Modi é constantemente associado à restrição, direta ou indireta, dos meios de comunicação, organizações como a RSF (2023) listam a Índia em situação grave, ocupando a posição de número 161 no que diz respeito à liberdade de imprensa em relação aos demais países.

Para concluir, as instituições políticas indianas são baseadas no modelo parlamentar britânico, possuindo um executivo forte, um legislativo bicameral composto pelo Conselho de Estados (Rajya Sabha) e pela Câmara do Povo (Lok Sabha), além de um judiciário independente. Apesar da forte tradição indiana, recentemente o BJP tem dominado a cena política por meio de maiorias substanciais. Da mesma forma ocorre com o judiciário, o qual vem sofrendo alegações de favorecimento em certas decisões mais sensíveis, devido, principalmente, à recusa de indicação de juízes, influenciando o resultado de casos decisivos, reprimindo adversários políticos, utilizando a influência do executivo nos tribunais e capitalizando os interesses próprios, levantando dúvidas sobre a real neutralidade da instituição (Dhanani, 2023).

Ainda que atualmente existam certos receios a respeito da democracia indiana, vale salientar o do federalismo indiano, o qual acaba por tornar possível uma maior autonomia

dos governos estaduais em relação ao governo central, refletindo um aspecto saudável da democracia indiana, já que representa um elemento importante para equilibrar a balança de poderes no governo indiano.

3.4 China

Diferentemente dos demais países do grupo BRICS, a China adota um modelo totalmente distinto. O sistema político chinês caracteriza-se, segundo o Ocidente, como um regime autoritário, sem eleições multipartidárias competitivas ou alternância de poder. Desde a revolução de 1949 o governo chinês é liderado pelo Partido Comunista Chinês (PCCh), desenvolvendo um sistema de partido único e fortemente centralizado.

No que diz respeito à condução de eleições no território do país, ao contrário do que muito se afirma, existem eleições em níveis locais, ou seja, é a base popular de determinado condado ou município que elege um representante popular que equivaleria para as nações do Ocidente a um deputado. A partir do momento da escolha desse representante, ele passaria para uma Assembleia Regional na qual haveriam outras votações feitas entre os mandatários eleitos para o encaminhamento à Assembleia Nacional (CHINA, 2014).

Na última votação, ocorrida em 2023, foram eleitos um total de 2977 representantes, que são encaminhados com base nas províncias nas quais foram nomeados, nesse meio também estão presentes representantes do Exército de Libertação do Povo Chinês que ocuparam 281 cadeiras. O número de delegados pode variar de acordo com a província, como é o caso, por exemplo, da província de Henan com 174 representantes e a Região Administrativa Especial de Macau com 12 (CHINA, 2023).

Após o processo de escolha desses procuradores na Assembleia eles passam a ascender na carreira por meios de processos internos de avaliação baseados na meritocracia. O atual presidente da República Popular da China, Xi Jinping foi escolhido por meio de um processo interno do PCCh e ocupa a posição de presidente desde 2013, sendo recentemente, em 2018, aprovada a emenda que removeu o limite de mandatos presidenciais (EURONEWS, 2018).

Outra questão que requer atenção é a composição do sistema partidário chinês, que tem como partido central o PCCh, o qual exerce o monopólio do poder, isto porque, para ocupar o cargo de presidente, o pleiteante necessariamente deve ser filiado ao partido. Embora possa se afirmar que exista uma completa dominância do PCCh na política

chinesa, ainda há outros partidos oficialmente reconhecidos e que ocupam cadeiras nas Assembleias, estes fazem parte da Frente Unida Chinesa, criada no pós revolução para juntar os demais partidos alinhados ao sistema político socialista, mas não necessariamente alinhados ao PCCh.

No total são oito os partidos que fazem parte dessa Frente Unida, além do próprio PCCh, são eles: Comitê Revolucionário do Kuomintang (CRK); Liga Democrática da China (LDC); Associação de Construção Democrática Nacional da China (ACDNC); Associação Chinesa para Promoção da Democracia (ACPD); Partido Democrático dos Camponeses e Trabalhadores da China (PDCTC); Partido Zhi Gong da China (PZGC); Sociedade Jiu San (SJ) e Liga de Autonomia Democrática de Taiwan (LADT) (BAPTISTA, 2021).

Seguindo para a questão da Liberdade de Imprensa na China, é notável um forte controle do governo sobre os meios de comunicação na tentativa de garantir que as informações divulgadas estejam alinhadas com o PCCh. As principais mídias chinesas como a CCTV, a *Xinhua News Agency*, a Rádio Nacional da China (CNR), os jornais Diário da China, Diário do Povo e *Global Times* são de controle direto das autoridades do Estado chinês (RSF, 2023). Para além disso, existe também uma forte presença do governo deste país no ambiente virtual, que é rigidamente monitorada pelo sistema conhecido como *Firewall* da China, o qual tem como função filtrar e até bloquear o acesso a sites estrangeiros específicos (THE GUARDIAN, 2018).

No que tange ao funcionamento das instituições políticas na China, é visível a forte presença do PCCh em toda a burocracia estatal e, sendo até mesmo o Exército de Libertação Chinês diretamente ligado ao PCCh e as posturas mais recentes tomadas por Xi Jinping na tentativa de consolidar ainda mais o PCCh, a tendência é que o partido centralize ainda mais o poder.

3.5 África do Sul

Dentre os membros do grupo BRICS, a África do Sul é o que possui a democracia mais recente, tendo feito a transição do regime de Apartheid em 1994. Durante grande parte do século passado (XIX), o governo Sul africano sofreu e continua sofrendo com fortes problemas estruturais como a segregação racial, o autoritarismo, a desigualdade social e os fortes problemas de corrupção, fruto do antigo domínio britânico. Foi com a

liderança do Nelson Mandela, juntamente ao Congresso Nacional Africano (ANC), que o país adotou uma constituição mais robusta no tocante aos direitos civis e políticos.

Desde então, a África do Sul passou a realizar eleições regulares e mais competitivas para a eleição de seu parlamento nacional, pois possuem uma alta participação popular e supervisão da Comissão Eleitoral Independente (IEC), garantindo maior transparência durante todo o processo. Vale ressaltar, também, a característica proporcional do sistema eleitoral, a qual permite a representação de uma ampla gama de grupos políticos no parlamento nacional.

O ANC é, apesar dessa ampla participação dos demais partidos, o mais forte no cenário nacional, sendo aquele responsável por liderar a luta contra o apartheid e, também, aquele que governou o país no pós redemocratização. Nesse sentido, surgem dúvidas a respeito da real capacidade de alternância de poder, pois apesar de se tratar de um sistema multipartidário com presença de outros grupos de grande relevância como é o caso da Aliança Democrática (DA) e do Combatentes pela Liberdade Econômica (EFF) o ANC se mantém no poder na maior parte dos cargos executivos e legislativos.

A liberdade de imprensa na África do Sul se destaca no ranking do RSF, ocupando a posição de número 25 em 2023, classificada por eles como sendo relativamente boa. Grande parte disso diz respeito às garantias da constituição em relação à liberdade de imprensa, que acabam desempenhando um papel essencial na fiscalização do próprio governo, como foi o caso do ex-presidente Jacob Zuma.

Finalmente, é importante destacar a semelhança das instituições políticas Sul-africanas com o modelo democrático ocidental, possuindo um parlamento, judiciário e executivo, que recentemente vem sendo alvos de críticas por não conseguir conter o avanço do ANC. Além disso, vale citar a participação do judiciário no papel na manutenção dos direitos constitucionais que ficaram bastante evidentes durante o julgamento do ex-presidente Jacob Zuma (THE CONVERSATION, 2021).

O grande problema enfrentado hoje pelas instituições Sul africanas diz respeito ao problema da corrupção que continua representando um desafio para a imagem das instituições do país. Apesar das propostas trazidas por Cyril Ramaphosa, em seu primeiro mandato, (2018), para o combate à corrupção e, conseqüentemente, na luta por maior transparência nas instituições, tais ideias foram alvo de resistência de políticos que compunham a própria base partidária, indicando a existência de certas rupturas políticas no

entendimento ao qual tange o processo de combate ao desmoroamento das organizações políticas sul africanas por vias da corrupção crescente.

Ao que concerne a análise pertencente aos critérios previamente selecionados e, atentando-se ao debate a respeito da não existência de democracias em seu sentido mais claro é perceptível que, nos últimos anos, os governos dos países do BRICS --com exceção da China, que diferentemente dos demais, possui um governo de orientação socialista e de fundamentações históricas e empíricas muito díspares do ocidente-- passam por uma série de dismantelamentos tanto em suas instituições, em especial, devido à pouca alternância, como é o caso de países como Rússia e África do Sul; além de problemas ligados à liberdade de imprensa, que foi impactada pela utilização de *fake news* como ferramenta para promover desinformação em países como Brasil e Índia.

Todos estes retrocessos na condução das democracias do BRICS abre margem para uma série de especulações a respeito da capacidade desses países de promover maior inserção do grupo no cenário internacional, de maneira a viabilizar uma abordagem mais participativa. O relacionamento Extra-BRICS também passa a ser questionado, uma vez que, para muitos analistas, a aproximação desse grupo com governos mais autoritários pode ser facilitada e até uma possível tendência.

Após brevemente apresentados, os respectivos modelos de governo dos países do BRICS, ainda resta a questão da integração entre estes no grupo. Os diferentes sistemas realmente interferem de alguma forma na integração desses países, tendo em vista que mesmo as grandes democracias do grupo não podem ser classificadas como democracias puras se tomarmos como base os apontamentos de Bobbio(2008) e os critérios adotados acima.

Nesse sentido o que poderíamos, de fato, fazer é aproximar esses países mais, ou menos, da democracia em seu sentido puro, portanto a característica mais importante quando se fala sobre a integração dos países do BRICS não deve ser apenas uma conjuntura de ordem tão simples como a identificação entre autoritarismo e democracia, mas uma análise histórica enquanto Estados que são resultados de um processo histórico que os colocou em uma posição de marginalização no cenário global, e nesse aspecto, vale ressaltar o entendimento de Jabbour sobre o tema:

A discussão se tal ou qual é uma democracia ou ditadura é uma preocupação de cientistas políticos Norte-Americanos e europeus. Para a periferia do capitalismo existem outras variáveis a serem analisadas para avaliar sociedades complexas. (Gala / Economia [...], 2020, 28 min 48 s).

Quanto a isso, podemos afirmar que esses países compartilham entre si problemas e meios para o desenvolvimento que se assemelham muito mais do que se distanciam, sendo, pois, nesse sentido, completamente compreensível pensar em uma realidade na qual o grupo BRICS se fortalece cada vez mais.

Portanto, o próximo capítulo irá tratar da cooperação Intra e Extra-BRICS, com o intuito de entender como se dá a cooperação no âmbito interno, seus acordos e investimentos, assim como compreender como o grupo se mostra no cenário internacional e em que medida o grupo avançou na sua integração e coesão.

4. Cooperação para o desenvolvimento interno e externo no BRICS+

Seguindo o debate a respeito dos regimes políticos, esse capítulo tem por objetivo discorrer a respeito do andamento do processo de integração dos países do BRICS, tendo em vista as diferenças relativas aos seus regimes políticos e o debate existente entre aqueles que acreditam que os regimes democráticos têm maior facilidade para firmar acordos (Doyle, 1983)¹⁴ e aqueles que entendem o Sistema-mundo de forma anárquica e cujas decisões não são guiadas por fatores puramente ideológicos, mas de ganhos reais de poder (Mearsheimer, 2001). Tomaremos como base para a análise o estudo realizado por Stuenkel, intitulado *BRICS e a nova ordem mundial*, no qual o autor aborda o tema das diferenças políticas entre esses países e apresenta uma série de dados para tratar a respeito do estado em que se encontrava o processo de integração desses países.

A análise de Stuenkel parte dos encontros realizados pelos líderes dos respectivos países que representam o grupo BRICS em temas já referentes aos interesses do grupo antes mesmo de sua formação, como é o caso da Reunião do Ministério das Finanças Centrais e Bancos Centrais que ocorreu ainda em 2008 e o da Reunião entre Ministros das Relações exteriores em 2006 para tratar dos temas sensíveis a respeito do Oriente Médio e Norte da África (Stuenkel, 2017).

A esse respeito, o autor lista uma série de encontros, fóruns e grupos de discussão realizados pelo grupo BRICS nos mais variados temas, desde os voltados para Finanças e Relações Exteriores até as questões relacionadas ao combate à corrupção e às questões ambientais. A cobertura de Stuenkel, contudo, segue até o encontro do BRICS em 2016 em Ufá (Rússia), desde então o grupo vem se expandindo em todos os aspectos.

¹⁴ Partindo do conceito da Paz Perpétua de Kant, Doyle aponta para um contexto de pressão mundial a favor da paz. Esse movimento seria liderado pelos Estados republicanos liberais, tendo em vista as complicações envolvendo a relação entre os Estados democráticos liberais e os Estados não-liberais nas relações internacionais.

Como muito bem apontado por Stuenkel (2017), o grupo BRICS surge quase como sendo uma carta aberta contrária às políticas financeiras internacionais, motivo pelo qual, esses países se organizam em um grupo ainda no ano de 2009. Nesse primeiro momento, o grupo tinha como principal tema de discussão a necessidade de uma reforma no sistema financeiro internacional que pudesse dar conta das transformações globais e do crescente multipolarismo, abarcando, também, a reformulação de instituições internacionais, tais como o FMI. Pois, devido ao multipolarismo ascendente, a estabilidade econômica almejada só seria possível à medida em que a balança de poderes no FMI passasse por mudanças que conferisse aos países periféricos maior poder de voto e conseqüentemente de participação nas discussões, acompanhando, assim, as transformações no contexto político internacional. É ainda no ano de 2010, Cúpula de Brasília, que as primeiras discussões a respeito da utilização de moedas locais para cooperação entre os países do bloco é levantada, assim como a preocupação para com o desenvolvimento sustentável e a preocupação para com o cumprimento dos Objetivos do Milênio. Outros tópicos como: agricultura; combate a pobreza; energia; mudanças climáticas; terrorismo e cooperação.

A segunda reunião consolida o grupo BRICS como um grupamento de países que para além de um convergência de interesses relativos às questões de ordem financeira, representava um grupo de países que compartilham muito mais do que simplesmente demandas de caráter financeiro e o encontro realizado em Brasília (2010) torna isso claro, à medida em que tem como resultado do encontro além dos encontros e fóruns já realizados o comprometimento com uma maior participação nos anos seguinte.

A entrada da África do Sul em 2011 junto a uma maior presença do grupo BRICS na África abrem um novo momento da cooperação entre esses países e o continente africano, somado a isso, outros acontecimentos são de grande importância ainda nesse primeiro ciclo de cúpulas do BRICS, como é o caso da criação do Arranjo Contingente de Reservas e do Banco do BRICS, cuja importância para se entender o processo de integração do BRICS será tratada posteriormente.

Portanto, tomaremos como ponto inicial para a realização de nossa análise o período posterior aos levantamentos de Stuenkel. Trataremos dos avanços rumo à integração dos países que compõem o BRICS a partir da Cúpula de 2017 em Xiamen.

Quadro 2 - Cúpulas BRICS 2017 - 2023

Temas	Volume de Encontros	Modalidades
-------	---------------------	-------------

Academia	27 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Fóruns Acadêmicos; ● Diálogos Acadêmicos; ● Reuniões.
Agricultura	23 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões Ministeriais; ● Reuniões de Grupos de Trabalho; ● Grupos de Especialistas; ● Visitação; ● Simpósio e Seminários.
Aliança das Mulheres Empresárias	13 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões; ● Conferências; ● Debates.
Arranjo Contingente de Reservas (ACR)	20 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões do Comitê; ● Reuniões do Conselho; ● Grupos Técnicos. ● Grupos de Trabalho; ● Grupos de Pesquisa.
Assuntos Populacionais	4 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões de Autoridades; ● Seminários.
BRICS e África / Oriente Médio	8 Encontro	<ul style="list-style-type: none"> ● Conferências; ● Reuniões; ● Enviados Especiais; ● Consultas.
BRICS Soe - Cooperação entre as Empresas Estatais	1 Encontro	<ul style="list-style-type: none"> ● Fórum
BRICS+	1 Encontro	<ul style="list-style-type: none"> ● Diálogos
Chefes de Ministério Público	1 Encontro	<ul style="list-style-type: none"> ● Reunião de Chefes de Ministérios.
Ciência Tecnologia e Inovação	107 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões Ministeriais; ● Reuniões de Grupos de Trabalho; ● Fóruns; ● Eventos; ● Mesa Redonda; ● Reuniões Consultivas; ● Reuniões de Comitê; ● Oficinas; ● Conferências.
Cinema	6 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Festivais; ● Simpósio.
Comércio	35 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões Ministeriais; ● Grupos de Trabalho; ● Reuniões de Chefes de Agência; ● Reuniões de Grupo de Contato; ● Reunião de Comitê; ● Reuniões do CGETI; ● Força-Tarefa; ● Mesa Redonda; ● Diálogo; ● Fórum;

		<ul style="list-style-type: none"> ● Feira Comercial.
Comunicações	21 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões Ministeriais; ● Grupos de Trabalho; ● Reunião de Engajamento; ● Diálogo Empresarial; ● Oficina.
Conselho Think Tanks	15 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões do Conselho; ● Simpósios.
Conselhos e Fóruns Empresariais	14 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Fóruns Empresariais; ● Reuniões Empresariais; ● Conselhos Empresariais; ● Assembleia.
Consultas de Planejamento de Políticas	1 encontro	<ul style="list-style-type: none"> ● Consulta de Planejamento.
Cooperação Espacial	19 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões de Comitê; ● Fóruns; ● Conferências; ● Grupos de Trabalho; ● Oficina.
Cooperação Interbancária	11 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões do Mecanismo de Cooperação; ● Reuniões de Grupo Técnico; ● Grupos de Trabalho; ● Reuniões de Diretores Executivos; ● Fóruns.
Corrupção	18 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Grupos de Trabalho Anticorrupção; ● Seminário; ● Oficina; ● Treinamento.
Cultura	27 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões Ministeriais; ● Reuniões de Altos Funcionários; ● Grupos de Trabalho; ● Festivais; ● Fóruns.
E-commerce	5 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões de Grupos de Trabalho; ● Mesa Redonda.
Economia Digital	2 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões de Grupos de Trabalho.
Educação	16 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões Ministeriais; ● Reuniões de Altos Funcionários; ● Conferência; ● Seminário.
Energia	31 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões Ministeriais; ● Reuniões de Grupos de Trabalho; ● Reuniões de Altos Funcionários; ● Seminários; ● Oficina; ● Simpósio.

Entidades Fiscalizadoras	2 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reunião de Chefes de Entidades Fiscalizadoras; ● Reunião de Dirigentes.
Esportes	13 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões Ministeriais; ● Reuniões de Altos Funcionários; ● Jogos; ● Torneios.
Estatísticas	12 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões Técnicas; ● Reunião de Especialistas; ● Reuniões de Chefes de Institutos Nacionais; ● Oficinas.
Finanças	46 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões Ministeriais; ● Reuniões de Especialistas; ● Reuniões de Conselho; ● Reuniões dos Deputados de Finanças; ● Reuniões de Grupos de Trabalho; ● Reuniões de Comitê Diretor; ● Reuniões de Altos Funcionários; ● Finanças; ● Fóruns; ● Seminários; ● Força-Tarefa.
Fórum da Juventude do BRICS	17 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Cúpulas; ● Fóruns; ● Reuniões.
Fórum de Competitividade	13 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões de Grupos de Trabalho; ● Reuniões de Especialistas; ● Reunião dos Chefes das Autoridades; ● Conferência.
Fórum de Jovens Cientistas do BRICS	6 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Fóruns
Fórum de Jovens Diplomatas	5 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Fóruns
Fórum de Partidos Políticos, Think Tanks e Organizações da Sociedade Civil	9 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Fóruns; ● Reuniões; ● Cúpulas.
Fórum de Sindicatos do BRICS	3 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Fóruns
Fórum de Urbanização	4 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Fóruns
Fórum Digital do BRICS	2 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões
Fórum Empresarial do BRICS	2 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Fóruns
Fórum Jurídico do BRICS	8 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Fóruns; ● Reuniões Informais; ● Seminário.

Fórum Parlamentar do BRICS	6 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Fóruns
Fóruns e Conselhos Empresariais	4 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reunião; ● Fóruns.
Fundo de Títulos do BRICS (BFF)	9 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões; ● Grupos de Trabalho.
Gestão de Desastres	12 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões Ministeriais; ● Grupos de Trabalho; ● Força-Tarefa; ● Oficina.
Governança	4 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Seminários
Governo Subnacional	5 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Fóruns
Grupo de Trabalhos Antidrogas	5 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Grupos de Trabalho;
Incubadora de Negócios	4 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Oficinas; ● Fórum.
Indústria	14 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões Ministeriais; ● Reuniões de Especialistas; ● Fórum.
Infraestrutura	4 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões; ● Conferência; ● Cúpula.
Meio Ambiente	20 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões Ministeriais; ● Reuniões de Altos Funcionários; ● Grupos de Trabalho; ● Fóruns; ● Cúpula.
Micro, Pequenas e Médias Empresas	2 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Oficinas; ● Reunião.
Mídia	8 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reunião Ministerial; ● Fóruns.
NBD	5 encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões anuais ● Seminário
Normalização	2 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões entre Chefes Nacionais de Normalização
Pacificação	1 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Consulta de Peritos em Assuntos de Paz
Padronização	3 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reunião; ● Eventos.
Política Antimonopólio	1 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reunião
PPP	5 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões de Força-Tarefa
Propriedade Intelectual	14 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> ● Reuniões;

		<ul style="list-style-type: none"> • Oficina; • Treinamento; • Seminário.
Questões Aduaneiras	19 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões de Especialistas Aduaneiros; • Reuniões de Comitê; • Reunião de Peritos; • Reunião de Chefes de Autoridades Aduaneiras; • Oficinas.
Questões Hídricas	4 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião Ministerial • Fóruns
Questões Tributárias	8 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões dos Chefes das Autoridades Tributárias; • Reunião de Titulares das Administrações; • Reunião de Especialistas; • Reunião de Peritos.
Regulamentações Técnicas e Normas de Qualidade	1 Encontro	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião
Relações Exteriores	19 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões Ministeriais; • Diálogos; • Consulta; • Fórum.
Saúde	45 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões Ministeriais; • Reuniões de Altos Funcionários; • Reuniões de Agências Reguladoras; • Reunião de Especialistas; • Reuniões de Redes de Pesquisa; • Grupos de Trabalho; • Cúpula; • Simpósio; • Fórum.
Segurança	10 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões dos Conselheiros de Segurança Nacional
Segurança no Uso das TIC's	9 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> • Grupos de Trabalho; • Oficina.
Terrorismo	11 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> • Grupos de Trabalho; • Seminários.
Trabalho e Emprego	20 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões Ministeriais; • Grupos de Trabalho; • Seminário.
Transporte	1 Encontro	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião de Altos Funcionários
Turismo	8 Encontros	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões Ministeriais; • Reuniões de Altos Funcionários.

Fonte: Elaboração do autor

O quadro 1, diferentemente do elaborado por Stuenkel (2017), toma como medida outros padrões para análise. Nesse caso, tomamos como indicadores para o entendimento acerca da integração do BRICS e o volume das reuniões e suas modalidades, tendo em vista que estamos lidando com um outro momento da cooperação do grupo, tendo se passado 9 anos desde a primeira reunião em 2009.

Após análise do quadro é notável o avanço do grupo rumo a intensificação dos debates, com destaques para uma série de avanços no Comércio intrabloco, com ênfase na diversificação das relações econômicas e na redução da dependência de mercados tradicionais. Temas como o comércio, que são centrais desde a formação do grupo, mantém sua posição de destaque nas reuniões e representa um dos pontos centrais, contando com encontros ministeriais e demais grupos de trabalho. Apesar do grupo BRICS não agir conjuntamente em qualquer que seja a área, a cooperação no sentido econômico tem gerado alguns resultados importantes, como é o caso dos recentes dados econômicos que mostram o grupo BRICS ultrapassando o G7 em Produto Interno Bruto (PIB).

Quadro 3 - Participação do G7 e BRICS no PIB Global (PPC) ao Longo do Tempo

Ano	G7 (%)	BRICS (%)
1995	44,9	16,9
2010	34,3	26,6
2023	29,9	32,1

Fonte: Statista, 2023

O tema da Agricultura também teve espaço considerável nas discussões, tendo em vista que os países do BRICS detém cerca de 42% da população mundial (GOV). O grande diferencial nesse segundo momento do BRICS está, além do avanço do desenvolvimento de tecnologias e métodos de utilização do solo e trabalho, na abordagem da agricultura por vias do desenvolvimento sustentável, e como meio para redução da pobreza nos países do BRICS. (GOV, 2017; 2018; 2019; 2020; 2021; 2022; 2023)

Apesar do volume importante de encontros nas áreas citadas acima, sem sombra de dúvidas, um dos temas mais importantes nesse período BRICS de 2017 - 2023 se deu por meio do desenvolvimento da CTI's, que contou com mais de 100 encontros, entre esses, ministeriais e nas mais diversas áreas científicas e de inovação como as áreas de

Computação de Alto Desempenho, Iluminação de Estado Sólido, Tecnologia Oceânica e Polar e uma série de outras áreas.

Essa cooperação forte cooperação na área de CIT's deixa claro a postura dos países do BRICS em desenvolver suas capacidades competitivas no quesito econômico e industrial em conformidade com a ideia de promoção de tecnologias que causem ainda menos impacto no contexto de uma transição energética, que também vem sendo intensamente debatida pelas autoridades do BRICS, tendo em vista a grande necessidade de países como a China e Índia pelo consumo de energia e pela grande capacidade de países como o Brasil de avançarem no desenvolvimento de formas de energia renováveis que causem menos impacto ambiental.

Outro tópico recente e constantemente abordado nas reuniões do BRICS diz respeito a Cooperação Espacial, tema que ganha força com as recentes conquistas de alguns dos países que compõem o grupo BRICS nessa área, levando ao compartilhamento de tecnologias e informações nas áreas de Satélites e Astronomia, além da promoção de uma maior aproximação dos chefes de agências desses Estados.

Ademais, vale ressaltar o aumento exponencial no aparecimento das discussões a respeito do ambiente digital do BRICS por meio dos debates em E-commerce, fóruns digitais e a própria preocupação com Propriedade Intelectual e da segurança no uso das ferramentas digitais, considerando o atual momento de avanço nos setores digitais relacionados a tecnologias de Inteligência Artificial e do alto grau de compartilhamento de informações por meios digitais em geral.

Outra área de cooperação de destaque foi a área da Saúde, que manteve seus encontros ministeriais anuais e teve um papel importante no estudo e pesquisa de algumas doenças como a Tuberculose. Além disso, foi vital para o combate ao COVID-19 por meio da promoção de práticas para prevenção da contaminação e pelo esforço para maior distribuição das vacinas.

Outrossim, outros encontros que valem ser mencionados são as áreas de Academia; Administração Tributária; Indústria; Estatísticas; Fóruns Internacionais de Jovens Cientistas e Empreendedores; Fóruns Parlamentares; Partidos políticos, Think Tanks e organizações da sociedade civil do BRICS; Meio Ambiente; Finanças e Bancos Centrais; Relações Exteriores. Todos esses citados mantiveram suas médias de encontro das cúpulas anteriores a 2017.

Outros como Arranjo Contingente de Reservas; Grupos Anticorrupção; Grupos de Trabalho Antidrogas; Questões Aduaneiras; Conselhos de Think Tanks; Contraterrorismo; Cultura; Educação; Trabalho e Emprego; Energia; Fórum de Competitividade; Gestão de Catástrofe; Juventude BRICS; Propriedade Intelectual; Segurança Nacional; Comunicações. Fazem parte do grupo de temas que ganharam mais espaço nas discussões, sendo contempladas em todas as últimas Cúpulas, seja por reuniões ministeriais ou outras modalidades.

Já aquelas que apareceram nas discussões, porém com certa irregularidade foram: Assuntos Populacionais; Governo Subnacional; Cinema; E-commerce; Fóruns de Jovens Diplomatas; Fórum de Sindicatos; Fóruns de Urbanização; Fórum Hídrico; Infraestrutura; Fóruns Jurídicos; Pacificação; Padronização; Turismo; Transporte.

As novas temáticas inseridas nessas rodadas de discussão do grupo foram: Aliança das Mulheres Empresárias; BRICS+; BRICS em África / Oriente Médio¹⁵; BRICS Soe - Cooperação entre as Empresas Estatais; Encontro de Chefes de Ministério Público; Cooperação Interbancária; Economia Digital; Fórum Digital do BRICS; Fundo de Títulos do BRICS (BBF); Incubadora de Negócios; Política Antimonopólio; Parcerias Público-Privadas (PPP).

Ao todo, nas últimas 7 Cúpulas do grupo BRICS, foram realizados pelo menos 843 encontros, que deixam claro o avanço do grupo rumo a um processo de maior integração não somente na área econômica, mas também em setores estratégicos como o tecnológico, o de infraestrutura e o de cooperação multilateral. Essa tendência de integração constante demonstra o compromisso dos países-membros em fortalecer suas conexões internas e ampliar sua influência global, consolidando-se como uma alternativa ao atual sistema internacional.

Portanto, ao analisar o quadro são visíveis os resultados apresentados, que mostram os avanços do grupo BRICS em direção a uma maior integração, visto os avanços em áreas como Cultura, CIT's, TIC's, Segurança das TIC's e outros temas que ganharam destaque ao longo dos últimos 7 anos de encontros. Além das mudanças que consolidaram certos temas nos encontros do BRICS é notável a dinamicidade do grupo, que continuamente passa por mudança que compreendam as transformações no cenário internacional, de forma a

¹⁵ Que entra como uma parte das relações exteriores, mas que para esse trabalho vemos como essencial para maior entendimento da participação do BRICS nessa região a partir dos debates nessa nova rodada de diálogos nas Cúpulas do grupo.

compreender e adicionar as novas necessidades as pautas do grupo BRICS, como é o caso do grupo de Mulheres Empresárias.

Todos esses avanços alcançados pelo grupo BRICS no contexto das Cúpulas o consolida como uma verdadeira referência ao se pensar a respeito do desenvolvimento do multipolarismo por via da cooperação entre os países periféricos. O terreno construído por essas sucessivas mudanças no grupo BRICS, que promoveram maior cooperação e acabaram por fortalecer o grupo ao longo do tempo, tornaram possível a idealização de uma das mais importantes contribuições do grupo, a formação do NBD.

Dentro desse contexto, outro importante fator que aproxima ainda mais o BRICS do processo de integração é o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), que surge como uma peça central, sendo não apenas um símbolo desse processo, mas também uma ferramenta prática que viabiliza projetos conjuntos e promove o desenvolvimento sustentável entre as nações emergentes, permitindo uma expansão concreta da cooperação financeira.

A iniciativa do Novo Banco do Desenvolvimento surge ainda em 2012 como forma de promover maior desenvolvimento entre os países do grupo BRICS. Inicialmente a ideia para uma possível formação do grupo foi debatida pelos respectivos Ministros das Finanças dos Estados-membros, mas é apenas em 2013 (Durban) que os líderes do BRICS concordam com o estabelecimento do Banco de Desenvolvimento.

Na Cúpula de 2014 (Fortaleza) o acordo para formação do Banco é assinado, com o intuito de promover o desenvolvimento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável no BRICS e em economias emergentes ao redor do mundo. Nesse sentido, e segundo o relatório final da Cúpula de 2014, esperava-se que o NBD - baseado em princípios bancários sólidos - fortaleceria os objetivos coletivos dos países membros, impulsionando-os rumo a um crescimento acelerado, sustentável e equilibrado (GOV, 2014).

O capital inicial inscrito no NBD foi de US\$100 bilhões, desses, US\$50 bilhões foram inscritos igualmente por seus membros fundadores. Esse primeiro movimento dos países do BRICS poderia gerar a médio-longo prazo efeitos positivos na promoção de maior cooperação não apenas no âmbito interno, mas, além disso, acabaria gerando uma aproximação do bloco com os demais países em desenvolvimento à medida em que poderia complementar os arranjos internacionais existentes (GOV, 2014).

A Cúpula seguinte, realizada em Ufá (Rússia), marcaria a entrada em vigor do Acordo do NBD, com expectativas para que os primeiros projetos fossem aprovados na

Cúpula do ano seguinte (2016). Além disso, ainda em Ufá o grupo BRICS acolheu a proposta de cooperação entre o NBD com mecanismos de financiamentos novos e existentes como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII) (GOV, 2015).

A Cúpula de Goa (Índia) em 2016, marca o ano de início da operacionalização do NBD e dos seus primeiros financiamentos em projetos, que nesse primeiro momento foram direcionados apenas aos países do grupo BRICS, divididos entre todos os cinco países membros. A primeira bateria de investimentos contemplou as áreas de Energia Limpa e Eficiência Energética e Infraestrutura de Transporte. No total foram realizadas sete propostas de investimentos, totalizando US\$1.5 bilhões, das quais 1 foi cancelada, outras 2 aprovadas e 4 completas (NDB, 2016).

A segunda bateria de investimentos do NBD já em 2017 com o marco do estabelecimento de um Escritório Regional em Joanesburgo teve como foco o Desenvolvimento de Recursos hídricos, Recuperação de Ecossistemas Críticos, Redução da Emissão de Carbono nas Indústrias, Melhora no Fornecimento de Água para Áreas Rurais, Desenvolvimento de Infraestrutura em Zonas Urbanas e Investimentos para Melhora no Sistema Judicial. Desses projetos que totalizaram um investimento total de US\$1.85 bilhões, 2 foram cancelados e outros 4 foram aprovados (NDB, 2017).

A participação do NBD para o ano de 2018 teve um aumento considerável, pulando da média dos anos seguintes de 7 e 6, respectivamente em 2016 e 2017 para 18 projetos de financiamentos. A terceira bateria de investimentos do BRICS contemplou as áreas de Infraestrutura do Transporte, Energia Limpa e Eficiência Energética, Proteção Ambiental, Água e Saneamento, além de investimentos em outras múltiplas áreas. Desses, 12 foram aprovados, 4 completos e 2 cancelados, com um investimento total de US\$4.6 bilhões de dólares (NDB, 2018).

Em 2019 ocorreu mais um salto no número de projetos financiados pelo NBD, saltando de 18 do ano anterior para 24 projetos nas áreas de Proteção Ambiental, Infraestrutura de Transporte, Água e Saneamento, Infraestrutura Social, Energia Limpa e Eficiência Energética e outras múltiplas áreas, totalizando um total de US\$15 bilhões em investimentos para os países do grupo BRICS. Outro importante avanço do NBD nesse mesmo ano foi a abertura de um Escritório Regional em São Paulo e de um Sub Escritório em Brasília, que serviriam para a promoção do NBD pelo continente Americano (NDB, 2019).

O ano de 2020 marca um momento de grandes dificuldades no cenário internacional devido a pandemia de COVID-19 que se espalhou pelo mundo, nesse contexto o NBD atuou por meio do fornecimento de US\$10 bilhões para o Mecanismo de Assistência de Emergência, metade desse valor seria encaminhado aos países que estivessem passando por necessidades mais urgentes no tratamento do COVID-19, a outra metade seria direcionado para a recuperação econômica dos membros no período pós pandêmico.

Apesar do agravamento da pandemia de COVID-19 o NBD continuou atuando por meio do financiamento de projetos nos países membros, participando de um total de 26 projetos, o aumento em relação ao ano anterior se dá devido ao valor passado para esses países por meio da Assistência Emergencial do COVID-19. No total foram 26 projetos com a aparição de investimentos em novas áreas, como é o caso dos investimentos em Infraestrutura Digital, o valor total de investimentos nesse ano foi de US\$10 bilhões (NDB, 2020).

No ano de 2021 o NBD admitiu a entrada de três novos membros no grupo, Bangladesh, Egito e Emirados Árabes Unidos. Apesar da entrada, nenhum dos investimentos realizados pelo Banco neste ano foram direcionados para algum desses países, restringindo-se para os países membros. Ao todo 22 projetos foram financiados pelo NBD no ano de 2021, totalizando US\$6.7 bilhões, ademais também foram aprovados outros empréstimos assistências para China, no valor de US\$993 milhões, Rússia e África do Sul no valor de US\$1 bilhão (NBD, 2022, 2023).

O ano de 2022 marca o estabelecimento do Escritório Regional em Gujarat, na Índia, além de ser o ano em que os membros não fundadores do NBD passam a ter participação acionária. Os países fundadores do NBD detém em parcela igualitário 19% das ações, enquanto que os novos membros detém parcelas variadas, com Bangladesh sendo detentora de 1.83%, Egito 2.91% e Emirados Árabes Unidos 1.08%. Assim como no ano anterior, os projetos de investimento do NBD em 2022 também não contemplam os novos membros em qualquer um de seus 19 projetos de investimentos que totalizaram, neste ano, US\$4 bilhões (NDB, 2022).

No ano seguinte, 2023, o NBD admite a entrada de mais um novo membro, o Uruguai, que assim como os outros três novos membros, passa a integrar o NBD sem uma parcela de participação acionária, que ocorre devido a necessidade de maiores etapas formais de verificações e análises. O ano de 2023 também representa o momento em que

os investimentos do NBD se estende para além dos membros fundadores, contemplando o investimento nas áreas de Proteção Ambiental e Água e Saneamento em Bangladesh, Egito e Emirados Árabes Unidos ficam de fora dessa rodada de investimentos que totalizam cerca de US\$4 bilhões (NBD, 2023).

Apresentado o NBD e seu processo de idealização, formação e consolidação do banco como aparelho financeiro do grupo BRICS é notável o avanço do grupo no sentido de promover uma maior cooperação não somente na área financeiro, mas em áreas críticas para o século XXI como são o caso das questões hídricas, transição energética, o desenvolvimento de nova tecnologias e os pesados investimentos em infraestrutura com foco na promoção de maior mobilidade entre os países membro como facilitador do comércio.

O NBD atua como promotor de um crescente multipolarismo liderado pela China e seus parceiros do grupo BRICS, que juntamente ao NBD se apresentam no Sistema Internacional como uma opção viável para as Estruturas Financeiras Internacionais. Vale salientar, contudo, que apesar da contínua expansão do NBD, o Banco, assim como os membros que compõem o BRICS não assumem uma postura combativa em relação as estrutura existentes no Sistema financeiro Internacional, exemplo disso é a recente parceria do NBD com outras instituições financeiras multilaterais para contribuições referentes a COP28 (NDB, 2023).

A atuação do NBD certamente expõe bem o avanço no processo de integralização do grupo, pois demonstra a capacidade de cooperação entre os membros do grupo ao mesmo tempo que deixa claro que mesmo com as fortes diferenças nos modelos de governança, consensos são criados no interior de grupo e criam resultados, como foi o caso da admissão dos novos membros do NBD, que fortaleceu ainda mais o debate a respeito da expansão do BRICS, que veio a ocorrer na Cúpula mais recente sediada em Joanesburgo, onde apresentou ao mundo a mudança ocorrida no grupo BRICS, que agora passa a ser conhecido por BRICS+ com a entrada de 5 novos membros, sendo eles: Arábia Saudita, Irã, Etiópia, Emirados Árabes Unidos e Egito.

Esse novo formato do BRICS provoca, também, mudanças importantes nas capacidades do grupo. Segundo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em discurso na última Cúpula realizada em Joanesburgo, o BRICS+ representa um total de 36% do PIB global em paridade de poder de compra e 46% da população mundial (Poder 360, 2023). Essa mudança torna o grupo, que já representa 31,5% do PIB (Produto Interno Bruto)

global, superando os 30,8% do G7 em um importante pólo de influência global (Poder 360, 2024).

Todos os indicadores financeiros apontam para um crescimento constante dos países do BRICS+, mas em que medida a cooperação entre esses países que se diferem tanto pode ser atrapalhada pelas divergências referentes aos modelos de governo de seus respectivos Estados. E, nesse sentido, os sinais mostrados pelo grupo apontam para uma superação do imaginário Ocidental voltado para o entendimento de cooperação baseado em princípios importantes, como é o caso da análise financeira e de modelos de governo, mas que desconsideram a complexidade das formações históricas desses novos Estados, que experienciaram durante seus processos de formação questões que muitas vezes fogem ao imaginário e aos pensadores ocidentais, como são o caso dos países colonizados e aqueles que preservam histórias anteriores ao domínio das nações europeias.

Nesse sentido, os países do BRICS+, em especial a China, optam por uma análise dos Sistema internacional por via do estudo do poder que cada um desses Estados desempenha no cenário global. Por meio dessa abordagem geopolítica e do respeito à soberania desses Estados, a China juntamente aos países do BRICS vem promovendo um crescimento do multilateralismo global, apoiados por um Aparelho Financeiro robusto e que se expande continuamente e pelos avanços - mesmo que no recente momento estejam ocorrendo séries de retrocessos nesse sentido - da globalização, que favorecem, especialmente Índia e China.

Além disso, vem promovendo debates na área de cooperação por meio das moedas locais, contribuindo para uma desdolarização das economias dos países do grupo, mas que também acaba por gerar maiores benefícios para as economias que se beneficiam dessa relação.

Todo esse processo de mudanças rumo a um mundo multipolar é conduzido pelo BRICS e por seus Estados membros que pertencem a uma periferia global que mais do que nunca parecem sintonizados no sentido de promover maiores ganhos por meio das relações multilaterais criadas e fortalecidos ao longo do tempo por meio dessa cooperação. Os resultados decorrentes dessa integração são notáveis ao se analisar, por exemplo, a intenção de diversos outros países de aderir ao grupo que se apresenta como uma alternativa aos modelos tradicionais.

5. Considerações Finais

O estudo revela que o BRICS, apesar das divergências internas, tem conseguido avançar em temas estratégicos, além de promover maior coesão intrabloco. A análise das Cúpulas aponta para convergências em interesses comuns, como o fortalecimento da cooperação financeira, pautas vinculadas ao desenvolvimento sustentável, transição energética e a luta por maior espaço nas Instituições na atual composição do Sistema-mundo. A postura do BRICS quanto as Instituições internacionais demonstra a sua adoção a um comportamento reformista, o que exemplifica a criação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas, que se apresentam como alternativas para os países periféricos se inserirem no Sistema Financeiro Internacional.

Essa abordagem reformista adotada pelo grupo tem por objetivo não somente ampliar a influência do bloco internacionalmente, mas, também, assegurar uma maior estabilidade global. A não adoção de uma postura disruptiva com os países que hoje representam as principais hegemonias consolida o BRICS como atores dispostos a dialogar com os países tradicionalmente importantes no cenário internacional e com os países do Sul Global, que hoje reivindicam o reconhecimento de suas capacidades crescentes enquanto economias emergentes.

Marcos como o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas são peças-chave nesse processo de maior integralização do grupo, pois geram efeitos positivos tanto Intra-BRICS quanto Extra-BRICS e consolidam uma imagem de cooperação, reforçada pela dinamicidade dos Estados que possibilitam a marcha para o desenvolvimento como um processo de ganha-ganha entre as nações em desenvolvimento.

A expansão do BRICS para o BRICS+ com a inclusão de cinco novos Estados demonstra a presença e o prestígio global que o grupo vem alcançando, além de reforçar o compromisso com a Cooperação Sul-Sul. Apesar das diversidades relativas aos modelos de governo no grupo, é notável a capacidade diplomática dos membros na condução de uma boa política rumo a uma maior coesão, à medida em que nos últimos anos o número de encontros e iniciativas conjuntas tem se tornado cada vez maiores e as áreas de cooperação tem aumentado exponencialmente.

A análise do grupo partindo da redução a categorias como Estados democráticos ou autoritários acaba por lançar o debate em um campo infértil, pois é incapaz de compreender as nuances do grupo, nesse sentido se faz necessária uma análise de ordem histórica, enquanto Estados que são resultado de um processo histórico. Portanto, não é equivocado

afirmar que os países do BRICS compartilham problemas e vontades coletivas para a resolução de suas necessidades.

O sucesso futuro do BRICS dependerá de sua capacidade de manter uma agenda comum, por meio do fortalecimento da integração em áreas-chave como infraestrutura, e desenvolvimento sustentável. Temas como a transição energética, o avanço no aprimoramento e desenvolvimento das CTI's, assim como o desenvolvimento de uma economia digital e a busca por uma maior inclusão nas cadeias globais de valor serão centrais para o futuro do bloco.

A transição do BRICS para BRICS+ marca o início de uma nova fase para o grupo que agora compreende uma parcela ainda maior da população e dos recursos vitais para o desenvolvimento tecnológico global. Nesse sentido, o grupo hoje representa no Sistema-Mundo moderno uma força que não pode ser ignorada, à medida em que se faz presente em todos os continentes e desempenha nestes uma forte presença que conduz as demais nações rumo a um processo de desenvolvimento multilateral.

Diante do atual cenário, alguns encaminhamentos são imprescindíveis para se pensar o futuro do BRICS+. O grupo precisará lidar com a relação entre suas duas maiores economias - China e Índia - que apesar dos avanços rumo a uma maior cooperação ainda possuem certos atritos históricos e territoriais. Já no debate Extra-BRICS, a ascensão da extrema direita global pode acabar influenciando negativamente o processo de integração do grupo e do fortalecimento da Cooperação Sul-Sul.

A retórica nacionalista, o protecionismo crescente de países estratégicos e a rejeição as políticas multilaterais representam grandes desafios à formação dos consensos internacionais, além de tornarem o processo de cooperação uma tarefa árdua. Desta maneira, a resposta do grupo a estes desafios serão cruciais para o futuro do BRICS+ como propulsores do processo de transição para um mundo mais equitativo.

6. Referências

ARRIGHI. Linhagens da nova era asiática. In: **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XX**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. cap. IV, p. 283-382. ISBN 978-85-7559-112-3.

_____, Giovanni. A dialética entre mercado e planejamento. In: **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. 1. ed. [S. l.]: Contraponto, 2007. cap. IV, p. 247-335. ISBN 978-8585910105.

BANCO MUNDIAL. **Population, total - India**. The World Bank, 2023. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicador/SP.POP.TOTL?locations=IN&_gl=1*1xf4ufp*_gcl_au*NjE5MjIxMjg2LjE3MjY1MDk2MTE.

BAPTISTA, Eduardo. **Communist Party is not China's only political party – there are eight others**. 2021. MyNEWS. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/politics/article/3136835/communist-party-not-chinas-only-political-party-there-are-eight>. Acesso em: 13 set. 2024.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini. Coordenação da tradução de João Ferreira. Revisão geral de João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacais. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. 674 p. Vol. 1.

BRAGA, Maria José; CASTRO, Samira de. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil**. [S. l.]: Oxe Comunicação, 2023. 56 p. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2024/01/Relato%CC%81rio-da-Viole%CC%82ncia-2023.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração de Sanya – Reunião de Líderes do BRICS** – Sanya, 14 de abril de 2011. [31/10/2022] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-sanya-reuniao-de-lideres-do-brics-sanya-china-14-de-abril-de-2011

_____. Quarta Cúpula dos BRICS – Nova Délhi, 29 de março de 2012 - **Parceria dos BRICS para a Estabilidade, Segurança e Prosperidade – Declaração de Nova Delhi**.

[31/10/2022] Disponível em:
https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/quarta-cupula-dos-brics-parceria-dos-brics-para-a-estabilidade-seguranca-e-prosperidade-declaracao-de-nova-delhi-nova-delhi-29-de-marco-de-2012

_____. V Cúpula do BRICS - Durban, 27 de março de 2013 - **BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização - Declaração de e-Thekwini.**

[31/10/2022] Disponível em:
https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/v-cupula-do-brics-durban-27-de-marco-de-2013-brics-e-africa-parceria-para-o-desenvolvimento-integracao-e-industrializacao-declaracao-de-e-thekwini

_____. VI Cúpula BRICS – Fortaleza, 15 de julho de 2014 - **Crescimento Inclusivo: Soluções Sustentáveis - Declaração de Fortaleza.** [31/10/2022] Disponível em:

https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vi-cupula-brics-declaracao-de-fortaleza-15-de-julho-de-2014

_____. VII Cúpula do BRICS – Ufá, 9 de julho de 2015 - **Parceria BRICS – Um Fator Pujante de Desenvolvimento Global - Declaração de Ufá.** [03/05/2016] Disponível em:

https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/vii-cupula-do-brics-declaracao-de-ufa-ufa-russia-9-de-julho-de-2015

_____. VIII Cúpula do BRICS - Goa, 15 e 16 de outubro de 2016 – **Construindo Soluções Responsivas, Inclusivas e Coletivas – Declaração e Plano de Ação de Goa.** [17/10/2016]

Disponível em:
https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/viii-cupula-do-brics-go-a-india-15-e-16-de-outubro-de-2016-declaracao-e-plano-de-acao-de-go-a

_____. IX Cúpula do BRICS – Xiamen, 4 de setembro de 2017 - **BRICS: Parceria mais Forte para um Futuro mais Brilhante - Declaração de Xiamen.** [12/09/2017] Disponível em:

https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/nona-cupula-do-brics-declaracao-de-xiamen-xiamen-china-4-de-setembro-de-2017#:~:text=Comprometemo%2Dnos%20a%20promover%20ainda,ainda%20mais%20o%20financiamento%20verde.

_____. X Cúpula dos BRICS – Joanesburgo, 27 de julho de 2018 - **BRICS e África: Parceria para o Crescimento Mutuamente Acelerado, Desenvolvimento Sustentável e Multilateralismo Inclusivo - Declaração de Joanesburgo** – [Inglês]. [06/08/2018] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/x-cupula-dos-brics-declaracao-de-joanesburgo-27-de-julho-de-2018-ingles

_____. XI Cúpula do BRICS – Brasília, 14 de novembro de 2019 - **BRICS: crescimento econômico para um futuro inovador - Declaração de Brasília**. [07/01/2021] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/declaracao-de-brasilia-11-cupula-do-brics#:~:text=Reafirmamos%20nosso%20compromisso%20de%20ajudar,Unidas%2C%20seus%20prop%C3%B3sitos%20e%20princ%C3%ADpios.

_____. XII Cúpula do BRICS - Moscou, 17 de novembro de 2020 - **Parceria do BRICS para a Estabilidade Global, Segurança Compartilhada e Crescimento Inovador - Declaração de Moscou**. [06/01/2021] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/declaracao-de-moscou-da-xii-cupula-do-brics#:~:text=Dada%20a%20participa%C3%A7%C3%A3o%20do%20BRICS,e%20garantir%20o%20crescimento%20econ%C3%B4mico.

_____. XIII Cúpula do BRICS – Nova Delhi, 9 de setembro de 2021 - **BRICS: Cooperação IntraBRICS para a Continuidade, a Consolidação e o Consenso - Declaração de Nova Delhi**. [09/09/2021] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xiii-cupula-brics-declaracao-de-nova-delhi#:~:text=Reafirmamos%20nosso%20forte%20compromisso%20de,salvar%20vidas%2C%20e%20saudamos%20a

_____. XIV Cúpula do BRICS - Pequim, 23 a 24 de junho de 2022 - **Promover a parceria BRICS de Alta Qualidade, Inaugurar uma Nova Era para o Desenvolvimento Global - Declaração de Pequim**. [28/06/2022] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-pequim-da-xiv-cupula-do-brics#:~:text=Reafirmamos%20nosso%20compromisso%20de%20garantir,base%20na%20coopera%C3%A7%C3%A3o%20mutuamente%20ben%C3%A9fica.

_____. XV Cúpula do BRICS - Sandton (Joanesburgo II), 22 a 24 de agosto de 2023 - **BRICS e África: Parceria para Crescimento Acelerado Mútuo, Desenvolvimento Sustentável e Multilateralismo Inclusivo - Declaração de Joanesburgo II.** [24/08/2023] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-joanesburgo-ii-sandton-gauteng-africa-do-sul-23-de-agosto-de-2023

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **Partidos políticos registrados no TSE.** [S, l]. Tribunal Superior Eleitoral, [S, d]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse>.

BRICS. **Brasilia Declaration.** Brasília: BRICS, 2010. Disponível em: <https://brics2021.gov.in/BRICSDocuments/2010/Brasilia-Declaration-2010.pdf>. Acesso em: 23 set. 2024.

_____. **Yekaterinburg Declaration.** Yekaterinburg: BRICS, 2009. Disponível em: <https://brics2021.gov.in/BRICSDocuments/2009/Yekaterinburg-Declaration-2009.pdf>. Acesso em: 23 set. 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Guerra de desinformação: as fake news nas eleições de 2018.** Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/guerra-de-desinformacao-as-fake-news-nas-eleicoes-de-2018>. Acesso em: 25 set. 2024.

CHINA. Agência de Notícias Xinhua. **Lista dos deputados ao 14º Congresso Popular Nacional da República Popular da China: (2.977, os deputados eleitos por cada unidade eleitoral são organizados por nome).** [S, l]. Agência de Notícias Xinhua, 25, fev. 2023. Disponível em: https://www.gov.cn/xinwen/2023-02/25/content_5743257.htm

_____. Ministry of Foreign Affairs. **The 14th BRICS Summit Beijing Declaration.** Disponível em: <https://brics2022.mfa.gov.cn/eng/qnhyap/index.html>. Acesso em: 27 set. 2024.

_____. The State Council The People's Republic of China. **China's Electoral System.** [S, l]. The State Council The People's Republic of China, 25 ago. 2014. Disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/china_abc/2014/08/23/content_281474982987216.htm

CLIPPING CACD. **Acordo de Bretton Woods: o que foi essa conferência tão importante?**. Blog Clipping CACD, 8 fev. 2023. Disponível em: <https://blog.clippingcacd.com.br/cacd/acordo-bretton-woods/>. Acesso em: 23 set. 2024.

CNN BRASIL. **4 em cada 10 brasileiros afirmam receber fake news diariamente**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/4-em-cada-10-brasileiros-afirmam-receber-fake-news-diariamente/>. Acesso em: 25 set. 2024.

CONVERSATION, The (org.). **Historic moment as Constitutional Court finds Zuma guilty and sentences him to jail**. 2021. The Conversation. Disponível em: <https://theconversation.com/historic-moment-as-constitutional-court-finds-zuma-guilty-and-sentences-him-to-jail-163612>. Acesso em: 13 set. 2024.

DADOS, N.; CONNELL, R. **The Global South**. Contexts, v. 11, n. 1, p. 12-13, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1536504212436479>. Acesso em: 23 set. 2024.

DHANANI, Saraphin. **India's Justice System Is No Longer Independent: Part I**. 2023. Lawfare. Disponível em: <https://www.lawfaremedia.org/article/india-s-justice-system-is-no-longer-independent-part-i>. Acesso em: 13 set. 2024.

DOYLE, Michael W. **Kant, Liberal Legacies, and Foreign Affairs**. *Philosophy & Public Affairs*, v. 12, n. 4, p. 323-353, 1983. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2265377>. Acesso em: 25 set. 2024.

EUROPE, Radio Free (org.). **Political Prisoners In Russia: The Numbers Are Surging: the russian human rights group memorial estimates that the number of political prisoners jailed in russia has reached almost 200**. The Russian human rights group Memorial estimates that the number of political prisoners jailed in Russia has reached almost 200. 2018. RFE. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/political-prisoners/29577360.html>. Acesso em: 13 set. 2024.

FIORI, José Luís; VATER, Maria Claudia; HAINES, Andrés Ferrari. **A nova maioria global**. Observatório Internacional do Século XXI, [s. l.], 2023.

FRANK, Andre G. . **O desenvolvimento do subdesenvolvimento**. Monthly Review, v. 18, n. 4, 1966.

GALA, Paulo. **EXISTE DEMOCRACIA NA CHINA?:** 1 vídeo (59 min). Publicado pelo canal Paulo Gala/ Economia & Finanças. Youtube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bFel9uDkWvY&ab_channel=PauloGala%2FEconomia%26Finan%C3%A7as. Acesso em: 13 set. 2024.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 4.ed. São Paulo: Loyola, 1994. 349p.

JACKSON, Richard. **War on terrorism**. Encyclopaedia Britannica, 24 ago. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/war-on-terrorism>. Acesso em: 20 set. 2024.

KEPCZYNSKA, Julia; KUTSEVOL, Pavel. **Show Trials and Political Persecution: Judiciary in Putin's Russia**. 2023. Human Rights Foundation. Disponível em: <https://hrf.org/show-trials-and-political-persecution-judiciary-in-putins-russia/>. Acesso em: 13 set. 2024.

LE MONDE DIPLOMATIQUE. **Como as fake news têm impactado as eleições de 2022**. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/como-as-fake-news-tem-impactado-as-eleicoes-de-2022/>. Acesso em: 25 set. 2024.

MADEIRA, Nara. **Aprovada emenda à Constituição que elimina limite de mandatos presidenciais**. 2018. Euronews. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2018/03/11/aprovada-emenda-constitucional-que-elimina-limites-de-mandato-presidencial-chines>. Acesso em: 13 set. 2024.

MARTINS, J.R (2015). **Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual?** Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales (V), pp 95-108. Recuperado de <http://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein-e-o-sistema-mundo-uma-teoria-ainda-atual/>

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. Nova York: W.W. Norton & Company, 2001. ISBN 0-393-02025-8.

NEW DEVELOPMENT BANK. **Annual Report 2017**. Shanghai: NDB, 2017. Disponível em: <https://www.ndb.int/document/annual-report-2017/>. Acesso em: 20 set. 2024.

_____. **Annual Report 2018**. Shanghai: New Development Bank, 2018. Disponível em: <https://www.ndb.int>. Acesso em: 20 set. 2024.

_____. **Annual Report 2019**. Shanghai: New Development Bank, 2019. Disponível em: <https://www.ndb.int>. Acesso em: 20 set. 2024.

_____. **Annual Report 2021**. Shanghai: NDB, 2021. Disponível em: <https://www.ndb.int/document/annual-report-2021/>. Acesso em: 20set. 2024.

_____. **Annual Report 2022**. Shanghai: NDB, 2022. Disponível em: <https://www.ndb.int/document/annual-report-2022/>. Acesso em: 20 set. 2024.

PAULO NICOLINI GABRIEL, João et al. **Nacionalismo na Índia de Narendra Modi e do Bharatiya Janata Party (BJP)** | Narendra Modi, the Bharatiya Janata Party (BJP) and Nationalism in India. Mural Internacional, [S, l], v. 12, p. e60103, 31 dez. 2021.

PENNAFORTE, C. **Análise Dos Sistemas-mundo**. [S.l.] Cenegri Edições, [s.d.].

PODER360. **BRICS representará 36% do PIB global e 46% da população, diz Lula**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-flash/brics-representara-36-do-pib-global-e-46-da-populacao-diz-lula/>. Acesso em: 23 set. 2024.

_____. **Dilma diz que PIB do BRICS já superou o do G7**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/dilma-diz-que-pib-do-brics-ja-superou-o-do-g7/>. Acesso em: 20 set. 2024.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. **A liberdade de imprensa no mundo em 2024**. Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/ranking>.

ROTH, Andrew. **Vladimir Putin secures record win in Russian presidential election: senior officials say decisive victory reflects popular support for muscular foreign policy**. 2018. The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2018/mar/19/vladimir-putin-secures-record-win-in-russian-presidential-election>. Acesso em: 13 set. 2024.

SARAIVA, José. **A África no século XXI : um ensaio acadêmico**. Brasília: Fundação Alexandre De Gusmão, 2015.

SCHIER, Paulo Ricardo. **Linhas gerais do presidencialismo de coalizão no Brasil e seu vínculo com a questão da corrupção.** In: A superação da crise democrática: Estado Constitucional e Pluralismo Jurídico. Wrocław: Repositório da Universidade de Wrocław, 2022. Disponível em: https://www.repozytorium.uni.wroc.pl/Content/71628/PDF/03_Paulo_Ricardo_Schier.pdf. Acesso em: 25 set. 2024.

SEN, Ronojoy; NAUMANN, Katharina; MURALI, Vani Swarupa. **The Impact of Digital Media on the 2019 Indian General Election.** 4. ed. Singapore: Institute Of South Asian Studies Konrad Adenauer Stiftung, 2019. 28 p. Disponível em: <https://www.kas.de/documents/288143/4518801/ISAS-Special-Report-Impact-of-Digital-Media-Full.pdf/036704f7-9656-800d-2c7f-71e5c096b657?version=1.0&t=1576724104239>. Acesso em: 13 set. 2024.

SOUZA, André de Mello. **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento** – [Brasília]: Ipea, 2014. 277 p. : il., gráfs. color.

STATISTA. **BRICS and G7 countries' share of global GDP at purchasing power parity.** Disponível em: <https://www.statista.com/chart/30638/brics-and-g7-share-of-global-gdp/>. Acesso em: 25 set. 2024.

STUENKEL, Oliver. **BRICS e o futuro da ordem global.** [S. l.]: Editora Paz e Terra, 2017. 290 p. ISBN 8577533735.

VINOKOUR, Maya. **Russia's Media Is Now Totally in Putin's Hands: the destruction of independent outlets is rooted in post-soviet problems.** The destruction of independent outlets is rooted in post-Soviet problems.. 2022. FP. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2022/04/05/russia-media-independence-putin/>. Acesso em: 13 set. 2024.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Análise dos sistemas mundiais.** In GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org). Teoria social Hoje. São Paulo: Ed. UNESP, 1999

_____, Immanuel. **El capitalismo histórico.** Tradução Pilar López V. 1ª ed. México, Espanha, Argentina, Colômbia: Siglo XXI Editores, 1988. Título original: *Historical Capitalism*. Impresso e feito em Espanha. ISBN 84-323-0620-7.

_____. Immanuel *O sistema mundial moderno. Vol. 1: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Porto: Ed. Afrontamentos. *apud* Martins, J.R (2015). Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual? *Iberoamérica Social: revista-red de estudios socials* (V), pp 95-108. Recuperado de <http://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein-e-o-sistema-mundo-uma-teoria-ainda-atual/>

_____. Immanuel. **World-Systems Analysis : an introduction**. Durham ; London: Duke University Press, 2004.